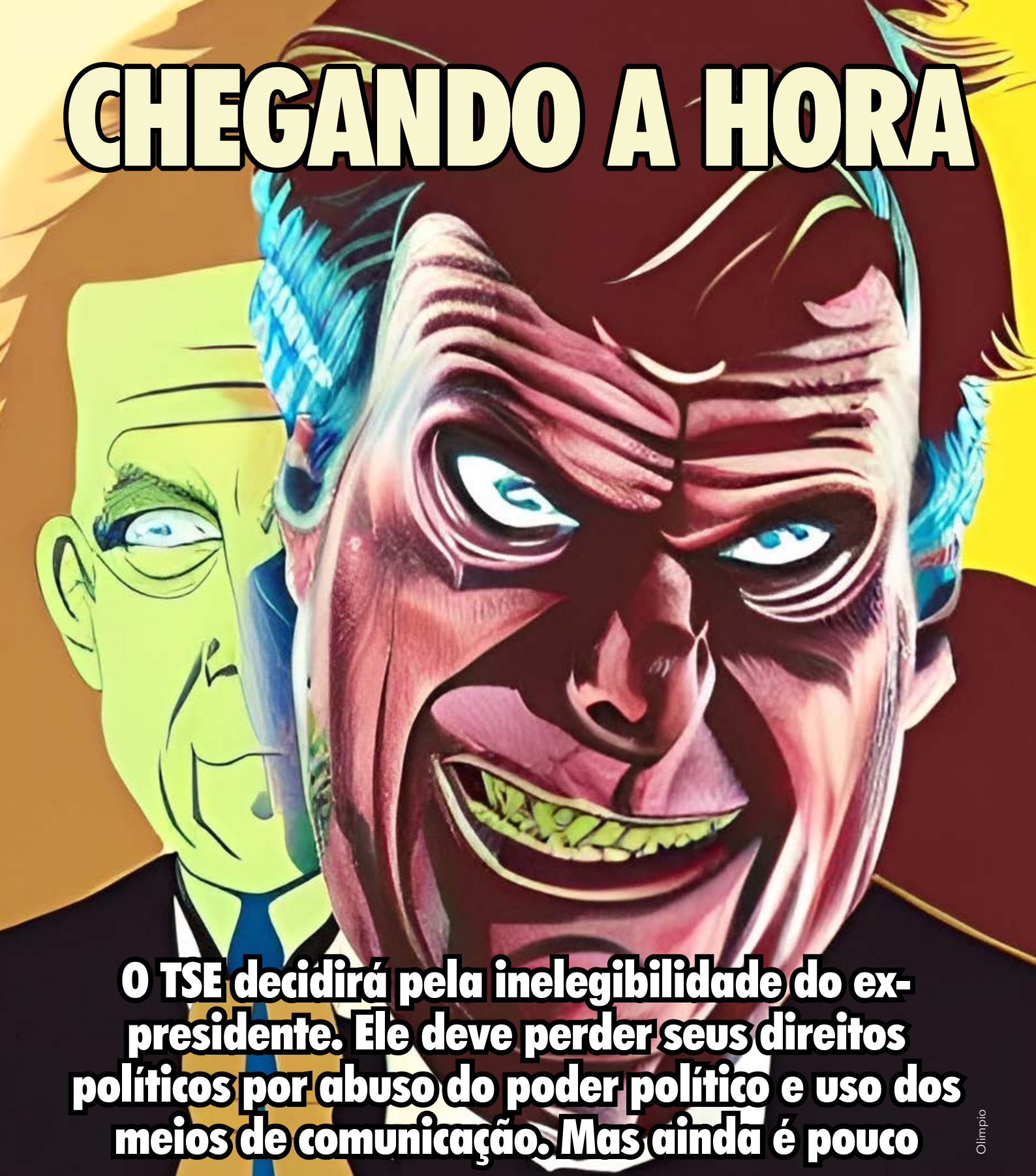


# CHEGANDO A HORA



**O TSE decidirá pela inelegibilidade do ex-presidente. Ele deve perder seus direitos políticos por abuso do poder político e uso dos meios de comunicação. Mas ainda é pouco**

Olimpio

**focus**  
**BRASIL**

Fundação Perseu Abramo 19 de Junho de 2023 Nº 100

Renan Quinalha avalia a luta pelos Direitos Humanos

Dilma Rousseff escreve sobre as jornadas de junho de 2013

Lula reafirma compromisso de zerar desmatamento ilegal

Efeito Lula. Cresce o otimismo sobre a economia nacional

Morre a atriz, jornalista e escritora Vera Gertel, aos 83 anos



## ORGANIZAÇÃO

Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira

Inês Patrício

Antonio Carlos F. Galvão

Adhemar Mineiro

Mariano Macedo

Helena Maria Martins Lastres

Cid Olival Feitosa

# CARLOS LESSA

## O PASSADO E O FUTURO DO BRASIL



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

expressão  
POPULAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DE ECONOMISTAS PELA  
DEMOCRACIA



**ATO DE INAUGURAÇÃO DA NOVA SEDE**  
 Você que conhece o jornal O Trabalho, comemore conosco seus 45 anos.  
 E aproveite para conhecer nossa nova sede



**Jornal**  
**O TRABALHO** PT  
**45 ANOS**

Contribuição para entrada, R\$ 5,00 (o valor de um jornal)

**20** mai **15h**  
 sábado

**PRAÇA DA REPÚBLICA,  
 Nº 478, SALA 71 - SÃO PAULO**


**CONTRIBUA COM A REVISTA  
 REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS**

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para [estudosperiferias@gmail.com](mailto:estudosperiferias@gmail.com) para maiores informações.

**SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!**



**EXPOSIÇÃO**



**43 anos**  
 NA LUTA PELA  
**DEMOCRACIA**  
**BRASILEIRA**

focus  
**BRASIL**

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento, Olímpio Cruz Neto, Paulo Chagas e Pedro Camarão



**FUNDAÇÃO**  
**Perseu Abramo**  
 Partido dos Trabalhadores

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar, Valter Pomar e Virgílio Guimarães

**CONSELHO CURADOR**

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho, Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre, Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

**SETORIAIS**

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

**CONTATOS**

[webmaster@fpabramo.org.br](mailto:webmaster@fpabramo.org.br)

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana  
 São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

# BOLSONARO ENFRENTA A INELIGIBILIDADE DE FRENTE PARA O CRIME: TSE CONFRONTA BOLSONARO

Começa em Brasília o julgamento do ex-presidente, acusado de abuso de poder político nas eleições presidenciais de 2022, ao expor o sistema eleitoral brasileiro a críticas de representantes de países estrangeiros em evento realizado no Palácio da Alvorada. Ele pode ficar inelegível por oito anos e perder seus direitos políticos

Página 12

**ENTREVISTA.** O professor Renan Quinalha aponta retrocessos com Bolsonaro

Página 6

**CPI DO GOLPE.** O cerco se fecha em torno da tentativa terrorista ao aeroporto de Brasília

Página 16

**MÍDIA.** Meta admite descontrolo e esquento debate sobre regulamentação

Página 18

**ARTIGO.** É preciso avançar no desarmamento para coibir ataques em escolas

Página 23

**PARLAMENTO.** Bancadas femininas do PT e do PSOL reagem à tentativa de cassação pelo PL

Página 24

**EFEITO LULA.** Pesquisa Quaest detecta otimismo com a condução da economia

Página 27

**ECONOMIA.** Manutenção da taxa de juros decidida pelo BC joga contra o país

Página 28

**JUNHO DE 2013.** Dilma Rousseff rememora os desafios daquele ano

Página 36

**PERFIL.** Conheça a trajetória de Geraldão, operário, militante do PCB e perseguido pela ditadura

Página 39

**LIVROS.** Obra aborda debates econômicos em tom didático e descomplicado

Página 47

**MÚSICA.** Discos de Elza Soares e Marcelo D2 atestam vigor da MPB

Páginas 48

**TRUBUTO.** Morre aos 83 anos a atriz e jornalista Vera Gertel

Página 50





# O BC E O GARROTE SOBRE O PAÍS

Alberto Cantalice

Quando diziam que a independência do Banco Central era uma falácia, as forças populares estavam certas. Como prevíamos, houve uma captura da instituição pelo mercado financeiro e rentismo, inibindo a execução das políticas de desenvolvimento, geração de emprego e renda e financiamento da produção, com a manutenção da pornográfica taxa de juros nas alturas em 13,75%.

"Independente", a atual diretoria do Banco Central é composta por indicados da dupla Bolsonaro-Guedes, adeptos do ultraliberalismo. Estão completamente divorciados das pautas dos setores produtivos e do mundo do trabalho.

O brado emitido pelos variados

setores políticos, sociais e empresariais do Brasil não chegam aos ouvidos da maioria do BC – já que, como diz André Lara Resende, há uma camisa de força ideológica em alguns setores do meio econômico que os impedem de enxergar além dos manuais do neoliberalismo decadente.

O saldo catastrófico da volta do Brasil ao mapa da fome nos apresenta a inominável cifra de 33 milhões de brasileiros com graves dificuldades de se alimentarem cotidianamente. Só os esforços do governo federal em manter e ampliar o programa Bolsa Família não bastam.

É preciso urgentemente melhorar o ambiente de negócios que apesar dos esforços da equipe econômica de Lula, coordenada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sofrem o claro boicote da autoridade monetária.

A aprovação no Congresso do novo marco fiscal foi uma sinalização clara de que as forças políticas – com exceção dos profascistas – estão interessados em destravar o crescimento do Brasil.

A reindustrialização e o investimento maciço em ciência, tecnologia e inovação são demandas que não podem esperar. Já passa do tempo de o país dar um salto de qualidade rumo ao futuro. Um país das dimensões populacionais e territoriais do nosso tem que exercer a liderança na luta contra as desigualdades no mundo.

Este papel vem sendo brilhantemente desempenhado pelo presidente Lula. É sob a liderança dele que, destravado economicamente, o país será um "player" na concertação internacional.

O Banco Central teria que fazer parte desses esforços e não faz. Só atrapalha!

# “OS DESAFIOS SÃO ENORMES DIANTE DA TERRA ARRASADA”

Professor de direito na Unifesp e autor de livros na intersecção dos estudos de gênero, direitos humanos e democracia, avalia o cenário dos Direitos Humanos no Brasil. “É importante que as pessoas tenham liberdade sexual e de gênero, mas é essencial também que se lute pelas dimensões de justiça social, de igualdade e de várias outras transformações na realidade”, diz

**Bia Abramo e Guto Alves**

**N**os últimos quatro anos a população LGBTQIA+ do Brasil viveu na corda bamba, correndo graves riscos com o extermínio de políticas públicas, corte de verbas e a prática do discurso que elimina essas pessoas do debate político e social. Num país em que o discurso fundamentalista das igrejas se alinha à extrema-direita, é preciso abrir alas para o otimismo com o retorno de políticas públicas e um respiro de alívio: o embate agora é de reconstrução e novas iniciativas, não só luta pela sobrevivência.

Renan Quinalha é um otimista

cauteloso com o quadriênio que começou em 1º de janeiro de 2023: “O movimento LGBT está muito mais forte, muito mais preparado do que estava no começo dos anos 2000, quando houve outro ciclo dos governos do PT no Brasil”. O advogado e ativista dos direitos humanos conversou com a revista Focus Brasil na semana em que a Parada do Orgulho de São Paulo, além de reunir pelo menos 3 milhões pessoas (a maior do mundo), teve a presença do ministro Silvano Almeida no carro de som que abria o desfile em plena avenida Paulista, e arrematou: “É inegociável que vocês tenham o direito de existir dignamente e amar como e quem vocês quiserem!”.

Aos 37 anos, Renan Quinalha já reúne um currículo acadêmico e de ativismo político notável. Professor de Direito da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), é também autor de livros na intersecção dos estudos de gênero, direitos humanos e democracia.

É o caso da obra “Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão contra a comunidade LGBT” (Companhia das Letras, 2021). Ele ainda é co-organizador de livros como “História do Movimento LGBT no Brasil” (Alameda, 2018) e o recém-lançado “Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil” (Elefante), coletânea de ar-



tigos acadêmicos que mapeiam pesquisas recentes e originais sobre o tema.

Renan também teve experiência como assessor jurídico da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo e consultor da Comissão Nacional da Verdade, o que certamente aguçou seu olhar para os perigos do retrocesso vivido nos anos Bolsonaro. “A gente tem uma dificuldade muito grande de um cenário de terra arrasada mesmo, porque os direitos humanos foram sempre o foco de articulação do bolsonarismo e nunca foram cortina de fumaça”, adverte. A seguir, os principais trechos da entrevista:

**Focus Brasil – Em uma entrevista em dezembro de 2018, no dia em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, você disse: “[O que o bolsonarismo poderia trazer de pior] aos direitos humanos já está feito, que é contaminar**

**o debate público, impedir que essas pautas avancem e que a gente consiga racionalizar esse debate. Qual é o legado do bolsonarismo em relação aos direitos humanos em geral e os direitos LGBTQIA+?**

**Renan Quintanilha** – Eu acho que a tragédia anunciada se concretiza. De um lado, a gente teve um desmonte das estruturas de operação dos direitos humanos. A gente teve um ministério que foi completamente desfigurado: o dos Direitos Humanos foi transformado no Ministério da Família, das Mulheres e os direitos humanos viraram a questão mais acessória. Também houve um desinvestimento muito grande nessa linha de liberalismo econômico, a partir do discurso do ajuste fiscal como tentativa de cortar gastos públicos. Os conselhos de participação social, todos os módulos de gestão democrática das políticas públicas de saúde, de monitoramento que a gente tinha foram extintos. En-

ção, de um lado a gente teve isso, que é o aspecto mais estrutural e administrativo. De outro, tem um aspecto ideológico dessa tragédia, que foi efetivamente uma estigmatização ainda maior do discurso dos direitos humanos e uma depreciação no debate público. Eram ataques constantes a essa ideia dos direitos humanos como direitos de bandidos ou como direitos de minorias que queriam privilégios em vez de uma compreensão de direitos humanos mais universal, ampla e igualitária, sempre veiculando esse tipo de compreensão reducionista. O que eu acho que se conseguiu fazer nesses quatro anos, dado que se ocupou a máquina do Estado e governo federal sobretudo, mas também vários outros governos locais, câmaras municipais, assembleias legislativas, foi fazer esse discurso bolsonarista avançar e capilarizar no Brasil inteiro. Isso coloca uma tarefa muito grande de reconstrução nesse momento.



Não tem mais como retomar de onde se parou, porque não tem mais esse ponto de retorno até onde as coisas tinham ido. A gente tem tudo por fazer novamente para a sociedade, que é mostrar a importância dos direitos humanos numa compreensão mais ampla. A gente está falando de direitos sociais também, de direitos trabalhistas, previdenciários, de assistência social, de educação, de saúde. Todas essas áreas foram muito atacadas durante o bolsonarismo e numa chave muito perversa. E o legado do bolsonarismo no campo dos direitos humanos, por exemplo, no que se refere à ditadura, foi terrível. Porque se mantiveram funcionando a Comissão de Anistia ou mesmo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, mas em vez de promover políticas de reparação às violências do Estado, as comissões começaram a perpetuar e veicular uma visão de apologia à ditadura, de desqualificação dos militantes que se opuseram ao regime autoritário de 1964 e assim por diante. Acho que a gente tem um legado bastante perverso aí desse período de quatro anos de destruição e de inversão de sinais de políticas que já eram frágeis. Elas já eram bastante, digamos, precárias do ponto de vista da sua instituição, do seu financiamento, do enraizamento mesmo no Estado; eram muito mais políticas de governo. O bolsonarismo vem para impedir que elas se transformassem em política de Estado. Agora, a gente tem que retomar novamente uma reconstrução, o diálogo com a sociedade que foi cortado nesse período do para reestruturar o campo dessas políticas de maneira ampla nos direitos humanos e especificar nos direitos LGBTQIAPN+.

– **Quais são as perspectivas para os próximos quatro anos? O que seria prioridade?**

– A gente tem uma dificuldade muito grande por que viemos de um cenário de terra arrasada mesmo. Os direitos humanos foram sempre o foco de articulação do bolsonarismo, nunca foram cortina de fumaça. Essas questões de direitos humanos, especificamente de diversidade racial, de gênero, sexualidade, como muitas vezes se pensou, até no campo mais progressista, que seria uma cortina de fumaça, a gente viu como isso era estrutural ao lado do autoritarismo político e do li-

## TEMOS UM LEGADO BASTANTE PERVERSO DESSE PERÍODO DE QUATRO ANOS DE DESTRUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS

beralismo econômico, a agenda conservadora, mesmo moral, era um eixo muito forte de estruturação do bolsonarismo, que segue para além do governo Bolsonaro nesse campo mais conservador, articulado na extrema direita hoje brasileira. Mas me parece que a política também opera muito por contraste. A gente tinha uma situação que era muito terrível no campo dos direitos humanos: ataques diários, mais de um por dia, de notícias, de desmonte de política, de ataque a ativistas, de declarações

públicas, de autoridades contra os direitos humanos, ou de posicionamentos do Brasil, da política internacional, contrário também. Ou seja, a gente tinha um cenário que era, de fato, de ameaças e retrocessos. Mas o simples fato de ter um ministro com uma postura do Silvío Almeida, comparando com o que era, já é um salto de qualidade tremendo, que dá uma esperança enorme em ver como é possível ter alguém ocupando uma pasta dessa, se posicionando no sentido correto, dando declarações públicas, dialogando com os movimentos sociais, enfim, assumindo determinadas brigas importantes de serem compradas e tentando implementar políticas. Acho que isso tudo já mostra um salto qualitativo gigantesco que a gente tinha até esquecido como era depois desses quatro anos de tanto desmonte.

– **Só a presença do ministro na Parada de São Paulo e nos eventos em torno da já foi um grande contraste...**

– Exato. Parece muito pouco, mas não é. A simbologia disso é muito grande, porque é o governo (de Lula) dizendo que não se alinha com uma tradição se filia à ditadura e ao seu legado, mas, ao contrário, ao acerto de contas com a ditadura e o seu legado. A mesma coisa em relação à pasta LGBT: se cria pela primeira vez uma secretaria nacional com esse status, nomeando uma travesti ativista, a presidenta da ABGLT, Simmy Larratt, um dos quadros mais preparados e qualificados do movimento LGBT no Brasil. Já chegando em maio, que é começo de governo ainda nos primeiros cinco meses, que é o mês de combate à LGBTfobia, trazendo diversas entregas, sinalizando várias ideias e propostas que vão ser importantes nesse próximo período. A gente tem uma mudança muito significativa. Sabemos que o or-



çamento é muito apertado, isso em todas as pastas e considerando o momento fiscal muito difícil da economia brasileira como um todo. Então é evidente que ainda não é possível implementar uma quantidade enorme de políticas ao mesmo tempo, mas só de restaurar o Conselho Nacional de Participação LGBT, por exemplo, é um avanço. A gente vai vendo que tem de fato, agora, gente preparada que está pensando nessas populações, e entendendo que o Estado tem uma obrigação, um dever de cuidado, de reparação, de garantia, de promoção de direitos para essas populações. Isso já é muito visível nesses primeiros meses. Agora, como eu disse, há muito por fazer, sem dúvida. Acho que vão ser quatro anos difíceis. Não acho que esse governo vá conseguir, facilmente, implementar a agenda que queremos que ele implemente.

– **Por quê?**

– Há um ciclo conservador ainda bastante forte. Tem parcela significativa da sociedade que está no campo conservador. Ganhamos a eleição, mas foi apertado. Muitas dessas lideranças ainda estão no centrão e aliados de última hora que surfaram na onda do orçamento secreto... Ou seja, o campo conservador tem várias outras possibilidades que o bolsonarismo garantiu e assegurou. Acho que a gente vai aos poucos restaurando uma ideia de normalidade institucional, de trilho para conseguir abrir novos caminhos. O movimento LGBT está muito mais forte, muito mais preparado do que estava no começo dos anos 2000, quando houve outro ciclo dos governos do PT no Brasil. Vão ser quatro anos, de um lado, muito difíceis pela situação econômica e política do país, mas por outro lado, também tem essa capacidade de articulação do movimento, que já conquistou uma série de

reconhecimentos, de avanços importantes de espaço do Estado. E acho que tudo isso vai ajudar também a fazer avançar essas pautas específicas da população LGBT.

– **Essa onda conservadora criou uma série de monstros, da caricata “mamadeira de piroca” à ideia de que existe uma ideologia de gênero a ser combatida. Como tirar esse monte de minhoca da cabeça dos brasileiros?**

– É um pouco assustador, chocan-

## A DISPUTA ESTÁ POSTA NA SOCIEDADE. AS MANIFESTAÇÕES QUE VIMOS SÃO UMA REAÇÃO CONSERVADORA. MAS, NÃO VAI SER FÁCIL GANHAR

te, ver como esses discursos colaram e como esse setor conservador tem força no Brasil. Parecia que a gente estava ali, num vetor de progresso, de maior liberalização dos costumes, da moral em si, maior tolerância à diversidade. Enfim, a gente teria várias palavras para descrever esse processo que parecia um tanto linear e progressivo. E aí a gente teve um choque com essa ruptura e com esse retorno a um conservadorismo muito duro, que é passadista mesmo, de defesa da tradição, de defesa

dos lugares de gênero, do que é mulher, do que é homem, da família tradicional, patriarcal, heteronormativa, ou seja, todos valores que não são nada novos. Isso é basicamente restaurar o mundo de 200 anos atrás, antes de conquistas civilizacionais importantes que foram obtidas com os movimentos negro, com o movimento feminista, o movimento LGBT etc. Isso, de um lado, choca, porque a gente vê o tamanho do conservadorismo, mas, de outro, acho que também esse pessoal traz uma reação: é vetor de uma reação às conquistas e às mudanças que aconteceram. Prefiro ler essas manifestações não simplesmente como conservadora só, mas como uma reação conservadora. Do ponto de vista ideológico, nós temos aí uma batalha que está no centro da disputa, dentro da política, na sociedade, então a gente vai ter que falar sobre isso. E isso é algo que divide, que polariza e nós temos que apostar, investir e fortalecer essa polarização. Não acho que tem como sair no caminho de uma terceira via. Nesse campo, não tem o que ceder numa lógica de governabilidade, que é algo que já aconteceu em outros momentos. Temos que avançar. E isso já está acontecendo: a gente vê ali desde o início.

Todo mundo falando de “ideologia de gênero” e se coloca uma mulher travesti à frente da secretaria que cuida dessas pessoas e dessa pauta. A disputa está posta na sociedade. Agora, não vai ser fácil ganhar também. Na medida em que a gente se organiza e faz avançar direitos, isso também vai agregando e organizando outro campo, o que provoca uma contra-organização, uma contra-ofensiva desse outro campo. Isso vai polarizando mais, vai tensionando. O que nós temos hoje não é nada novo, é simplesmente uma polarização mais aguçada do que já está instalado na sociedade brasileira.

Por ser uma sociedade muito violenta, muito desigual, muito atrasada em vários sentidos, ela sempre foi uma sociedade também muito conservadora, com pouca democratização da informação, do acesso à escola, à educação etc. Como a gente vai fazer? A gente vai ter que fazer isso por uma disputa política. É esse o horizonte que está posto: o do diálogo, que tem de ser negociado, ou de tentar ganhar e fazer passar. Não dá para ficar numa bolha falando com siglas incompreensíveis, com linguagem incompreensível. Nós precisamos aproximar, nós precisamos colar mais perto de setores que a gente sabe que é possível trazer no nosso lado. E tem um outro setor que é de enfrentamento: bater de frente mesmo, porque não tem diálogo possível e conciliação quando a gente está falando de uma pauta que diz respeito à dignidade das pessoas, os modos de ser, de existir, de desejar a coisas que são muito elementares e que não estão postas como uma negociação possível, é algo que tem simplesmente que defender.

– Sobre essa questão da disputa política, é inegável o salto em relação a 2018 nas eleições. Em 2022, foram 18 candidaturas LGBTQIA+ contra dez em 2018. E algumas muito bem votadas, com algumas marcas importantes: a primeira deputada federal trans, a Érika Hilton, a Duda Salabert... Ano passado saiu uma pesquisa do psiquiatra João Carlos Pizzi, da USP-Unesp, que aponta que 12% de adultos brasileiros se declaram não-hétero, mas de expressões de gênero e sexualidade diversos. Como organizar politicamente essas todas essas pessoas?

– À medida que a sociedade vai mudando a mentalidade das pessoas, se abre uma margem para as pessoas se entenderem, se identificarem com perspectivas e

identidades que não sejam mais aquelas normatizadas, impostas, de que tal pessoa é um pacote fechado: heterossexual, cisgênero etc. Essas novas possibilidades de expressão vêm jogando um papel importante, como gerações mais novas têm feito com pouca ânsia de pacificação ou entendendo que não são hétero, mas se dizem pansexuais, ou não-binários, ou que não se encaixam nem no masculino e feminino. Ou seja, se amplia uma gama de possibilidades de identidades que eram

## É IMPORTANTE QUE AS PESSOAS TENHAM LIBERDADE SEXUAL E DE GÊNERO, MAS É ESSENCIAL QUE SE LUTE PELAS DIMENSÕES DE JUSTIÇA SOCIAL

inimagináveis há pouco tempo. Isso reflete uma cultura mudada, mais ampla também. Agora, não significa que, por essas pessoas estarem nesse lugar de um certo desajuste com a norma de dissidência em relação ao código heteronormativo, ou cisnormativo, que essas pessoas avançaram na direção de uma consciência política, ou uma postura política, de contestação, de transformação da realidade, de engajamento em processos políticos mais efetivos de mudança. Há um desafio

muito grande, que é o de politizar essas questões num sentido correto, no sentido mais emancipatório. Porque não basta a gente ter um mundo de pessoas LGBT mais felizes, isso não interessa por si só. É importante que as pessoas tenham liberdade sexual e de gênero, mas é essencial também que se lute pelas dimensões de justiça social, de igualdade e de várias outras transformações na realidade, que é preciso a gente alcançar ainda. Ou seja, temos o desafio de politizar mais essa questão, porque muito desse processo identitário que tem acontecido, acontece numa época também de um certo triunfo do neoliberalismo, ou aquilo de um liberalismo progressista, que é essa ideia do capitalismo do arco-íris, cor-de-rosa, que pode ser uma coisa ultra-individualista. Você vira um empreendedor de você mesmo, que você se agencia, que você se expressa e você pode ser o que você quiser, mas isso fragmenta muito, isso não conecta isso no bom de luta política que é a dimensão coletiva. Temos o desafio de criar uma comunidade, como sempre se tentou fazer historicamente, criar uma comunidade com código compartilhado, com valores, com repertório de ação, com movimento institucional, movimento organizado para expressar com palavras de ordem, com repertório, com bandeiras, enfim, tudo isso que historicamente foi se constituindo, o que não é natural. Isso é uma criação política, cultural, histórica que demanda esforço, investimento de energia, de desejo, de tesão. Entre os desafios, o maior é esse de romper com o um processo de identificação muito individualista, neoliberal ainda.

– Uma coisa que nenhum partido político, nem mesmo no campo progressista, avançou muito foi na identificação das opressões:



**a luta antirracista é uma, a luta pelos direitos LGBT é outra, a luta feminista, outra. Classicamente, essas lutas não conversam muito ainda. Fico pensando se não temos aí uma tarefa enorme nesse sentido...**

– Eu acho. E essa questão não é uma questão assim tão nova pra gente; ou seja, ela vai com a gente. O movimento LGBT, em vários momentos, desde o surgimento do movimento no fim da década de 70, nesse contexto da redemocratização, a gente viu emergir uma série de diálogos e de tensionamentos com a esquerda mais tradicional, a esquerda mais partidária e a esquerda mais ampla. De um lado, uma ala do movimento LGBT dizendo não, a gente vai se manter autônomo na nossa luta, porque nem direita nem esquerda estão com a gente. Ou, aquela história que Sueli Carneiro já disse em relação à questão da raça: “entre esquerda e direita, eu sou negra”; analogamente, no movimento gay tinha esse pensamento. Outra ala do movimento dizia: “não, nós temos que criar pontes, nós temos de ter aliados, a gente é minoria na sociedade precisa de aliados para provocar as transformações, por isso precisamos nos conectar com o setor progressista, porque já sabemos os com os conservadores não dá, eles acham que a gente não pode existir”. Entre os progressistas, tem moralismo ainda, que vem do ranço do stalinismo mesmo, de perspectivas mais atrasadas da esquerda etc., mas tem, pelo menos, mais margem de diálogo. Essa galera defende liberdade de modo mais consequente, tem mais compromisso com igualdade, ou seja, vão nos apoiar em algum grau, ainda que publicamente tenha certos preconceitos íntimos. Essa aliança aconteceu em vários momentos, mas sempre também de modo um tanto conflitivo, mas o fato é

que historicamente sempre foi esse campo das esquerdas que acolheu a agenda LGBT, a agenda da diversidade sexual e de gênero, tanto numa perspectiva institucional, quando viraram governos de diferentes níveis federativos, como numa perspectiva de diálogo com movimentos social mesmo, de os partidos terem setorial LGBT... E são os partidos da esquerda brasileira que têm isso desde a sua origem, como o PT. , que é o mais conhecido, mais antigo da esquerda brasilei-

## **HISTORICAMENTE SEMPRE FOI O CAMPO DAS ESQUERDAS QUE ACOLHEU A AGENDA LGBT, A AGENDA DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

ra, mas já tem diálogo com o movimento desde a década de 80. Os partidos de direita vão criar nos anos 2010 em diante setoriais LGBT, muito mais figurativos, decorativos do que efetivamente de compromisso, porque não é uma pauta vista como relevante. E na esquerda teve um processo de mudança de mentalidade, num setor grande das esquerdas, e falo no plural porque é no plural, é um setor grande que se educou, foi educado pelo próprio movimento, pelo movimento ne-

gro, pelo movimento feminista, pelo movimento LGBT, pra entender que essas pautas não cabem simplesmente no rótulo do identitarismo, não são questões particulares que fragmentam a luta mais ampla, não são lutas acessórias, como lutas secundárias que viriam depois da luta de classes. Hoje se sabe que tudo isso está no bojo da luta de classes; a classe é composta do ponto de vista do gênero, da raça, da sexualidade, ou seja, tudo isso faz parte da vida da classe trabalhadora. Isso vai ensejar uma política emancipatória articulada também nessa dimensão de uma política da subjetividade. Um setor muito grande, aprendeu, o outro ainda não aprendeu e aí também tem muito embate, dificuldade de conexão. Eu tenho uma leitura um tanto otimista; acho que se avançou de modo muito significativo. E sinal disso é a gente constatar o que é um governo de posicionamento mais progressista, um governo de esquerda, como o governo Lula, que cria uma pasta específica para a política pública, não só reconhece o estatuto de importância da política pública, das pessoas LGBT+, mas cria uma pasta, bota uma travesti para ser secretária, bota um compromisso público, faz declarações etc. Até para subir a rampa do Planalto: o que cria uma imagem de que isso faz parte da ideia de nação, de Brasil, reivindica isso como essa pluralidade, essa diversidade, como algo que nos comporta, que nos forma, nos constitui. De outro lado, o que a gente tinha antes, que era algo a rejeição total da pauta. A pauta não existia ou só existia no sentido inverso, era pra tocar o terror, era pra ser LGBTfóbico etc. Acho que isso mostra como a esquerda, apesar dos pesares, apesar de todos os limites, foi aprendendo, ainda que haja tem muita gente para ser educada nesse campo. •



# BOLSONARO NA MIRA DA JUSTIÇA



**Finalmente, o ex-presidente enfrenta o primeiro julgamento na Justiça pelos muitos abusos e crimes cometidos. O TSE julga esta semana o pedido de inelegibilidade movido pelo PDT que pode tirá-lo da disputa em 2026 e colocá-lo fora da política por oito anos. Ainda é pouco e não é nem o começo dos seus problemas no Judiciário. Ele terá de responder ainda pelos crimes contra a democracia e os quase 700 mil mortos na pandemia da covid-19**

**N**inguém parece acreditar na possibilidade de Jair Bolsonaro escapar de uma condenação pela Justiça Eleitoral, que pode tirá-lo da vida política brasileira e privá-lo de seus direitos políticos pelos próximos oito anos. O próprio Bolsonaro esboçou uma reação tímida, quase temerária, dizendo que os sinais de que a Justiça vai condená-lo são evidentes.

O ex-capitão do Exército virou um problema até para o bolsonarismo e a extrema-direita, porque o Tribunal Superior Eleitoral deve condená-lo por abuso de poder nas eleições presidenciais de 2022, quando atentou contra o próprio processo eleitoral e jogou a sombra da suspeita – infundada – de que as urnas eletrônicas seriam passíveis de fraude. Ele jamais apresentou qualquer evidência. Bolsonaro é agora um zumbi, do qual poucos querem se aproximar, tal o grau de decomposição política que exala de sua liderança. Ele está marginalizado dentro do sistema político, desde que seus apoiadores invadiram e vandalizaram o Congresso, a Suprema Corte e o Palácio do Planalto em janeiro. A invasão dos prédios públicos ganhou repercussão internacional e

provocou a rápida reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos outros chefes de poderes da República, o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e a presidenta do Supremo Tribunal Federal, ministra Rosa Weber.

O julgamento que começou no TSE na semana passada e deve ser encerrado nesta quinta-feira, 29, vai examinar se o ex-presidente cometeu abuso de poder e uso

indevido da mídia quando recebeu embaixadores estrangeiros em julho para levantar dúvidas sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas brasileiras. É o primeiro de outros 15 processos eleitorais que aguardam julgamento na Justiça Eleitoral.

A reunião com diplomatas foi realizada no Palácio da Alvorada e transmitido pela Empresa Brasil de Comunicação, evidenciando claramente uma manobra político-eleitoral para alimentar a desconfiança na integridade das eleições. Bolsonaro foi derrotado pelo seu principal adversário político, Luiz Inácio Lula da Silva, nos dois turnos da eleição presidencial de outubro. A reunião com diplomatas foi transmitida ao vivo pela TV e pelas redes sociais YouTube, Instagram e Facebook.

Ao ser condenado pelo TSE, Bolsonaro, de 68 anos, ficaria inelegível para concorrer a qualquer cargo político por oito anos, frustrando qualquer esperança de um retorno rápido. A expectativa é que ele se torne inelegível. Há muitas evidências contra ele. E isso tudo antes dos acontecimentos da insurreição de janeiro, alimentada por hordas de extremistas. Bolsonaro fugiu no final de dezembro de 2022 para não ter de transmitir o cargo, na ceri-

**JAIR BOLSONARO  
CORRE O RISCO  
DE PERDER OS  
SEUS DIREITOS  
POLÍTICOS E SER  
CONSIDERADO  
INELEGÍVEL A  
QUALQUER CARGO  
POR OITO ANOS**



**ABUSO DE PODER** O ex-presidente promoveu encontro no Palácio da Alvorada para diplomatas estrangeiros, em julho de 2022, levantando suspeitas sobre a lisura do processo eleitoral e colocando em xeque as urnas eletrônicas

mônia de posse de Lula, realizada em 1º de janeiro.

Bolsonaro negou qualquer irregularidade, alegando que o encontro com os embaixadores era para fins governamentais, não eleitorais, e que era legítimo que um presidente expressasse dúvidas sobre o sistema eleitoral. Na última semana, quando começou o julgamento da denúncia movida pelo PDT, na quinta-feira, o ex-capitão do Exército disse que queria se manter "100% ativo na política" e que qualquer veredicto de inelegibilidade seria uma "afronta".

"O que fiz ao longo de quatro anos é algo a ser estudado. As pessoas passaram a respeitar a bandeira brasileira, cantar o hino nacional, aprenderam a valorizar a liberdade", disse o ex-presidente. Ele próprio não acredita na possibilidade de ser absolvido pelo TSE. "Os sinais não são bons, mas estou tranquilo", disse a apoiadores no último fim de semana pas-

sado, enquanto seus apoiadores se preparavam para o julgamento.

Ex-ministro-chefe da Casa Civil

**BOLSONARO SABE  
QUE DIFICILMENTE  
VAI ESCAPAR DE  
CONDENAÇÃO NO  
TSE POR ABUSO  
DE PODER, NAS  
ELEIÇÕES DE 2022:  
"OS SINAIS NÃO  
SÃO BONS"**

na gestão Bolsonaro, o senador Ciro Nogueira (PP-PI), disse que uma sentença de inelegibilidade do tribunal seria uma "injustiça" que galvanizaria a direita em torno de quem se tornar o sucessor político de Bolsonaro. "Tirar os direitos de um líder que tem o apoio de 48% da população seria vitimizá-lo. O candidato dele venceria facilmente a eleição em 2026", disse. O prognóstico é ilusório. O ex-presidente terá ainda outros problemas a enfrentar, inclusive na Suprema Corte.

Na última quarta-feira, o Senado aprovou, após quase oito horas de sabatina e duas votações, a indicação do advogado Cristiano Zanin para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) na vaga aberta pela aposentadoria de Ricardo Lewandowski. Ele foi advogado de Lula no caso da Lava Jato. Seu nome recebeu o voto favorável de 58 senadores, contra apenas 18. Na Comissão de Constituição e Jus-



tiça (CCJ), o resultado foi de 21 a favor e 5 contra. No STF, Zanin deve se somar à maioria que virou alvo de Bolsonaro durante o processo eleitoral.

Na semana passada, o jornal britânico Financial Times – um dos mais renomados veículos de imprensa em todo o mundo – publicou reportagem de página inteira lembrando a discreta campanha do governo Joe Biden, presidente dos Estados Unidos para defender a eleição do Brasil, na qual Bolsonaro foi fragorosamente derrotado.

Além do julgamento na Justiça Eleitoral, Bolsonaro ainda enfrenta uma série de investigações criminais, incluindo a suposta incitação aos ataques terroristas ocorridos, quando as sedes na Praça dos Três Poderes em Brasília, foram invadidas e depredadas por apoiadores. Ele também vai responder a processo por falsificação de registros de vacinas contra a covid-19.

Além disso, o ex-presidente é investigado por corrupção,

Divulgação/STF

# BOLSONARO AINDA É ALVO DE INQUÉRITO DA PF QUE APURA OS CRIMES DE CORRUPÇÃO, PECULATO E IMPROBIDADE NO CASO DAS JOIAS

peculato e improbidade administrativa, depois que recebeu

e guardou dois conjuntos de joias preciosas que teriam sido dados como presentes pela ditadura saudita quando ele ainda estava à frente do governo. De acordo com a legislação, ele teria de colocar as joias como presente ao Estado brasileiro, mas tentou “incorporar” o pequeno tesouro, avaliado em milhões de reais, ao seu “patrimônio pessoal”.

Por fim, Bolsonaro foi apontado pela CPI da Pandemia como um dos responsáveis diretos pela morte de quase 700 mil brasileiras que perderam suas vidas durante a pandemia da covid-19. O ex-presidente foi acusado formalmente de ter cometido nove crimes: prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crime de responsabilidade e crimes contra a humanidade. •



**INQUÉRITO** O presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, ainda tem sob seus cuidados, no Supremo Tribunal Federal, o inquérito que apura as responsabilidades e vai chegar aos financiadores dos atentados de 8 de Janeiro

**TÁTICA OPORTUNISTA** Condenado por tentar explodir um tanque de combustível no aeroporto de Brasília, em dezembro de 2022, George Washington recorreu ao truque bolsonarista, permanecendo calado diante da CPI

# BOLSONARO FOI A GRANDE INSPIRAÇÃO DOS TERRORISTAS

Na CPI dos Ataques à Democracia, depoimentos de policiais civis de Brasília ajudam parlamentares a mostrar que tentativa de explodir caminhão no aeroporto de Brasília foi influenciado diretamente pelo discurso do ex-presidente. Condenado pelo crime, George Washington ficou calado

**A** CPI dos Ataques à Democracia vai aos poucos elucidando como os atentados contra as instituições da República, em 8 de janeiro, foram diretamente influenciados pelo ex-presidente Jair Bol-

sonaro. Na quinta-feira, 22, a CPI tomou o depoimento de três policiais civis do Distrito Federal que investigaram a tentativa que bolsonaristas fizeram de explodir um caminhão-tanque no aeroporto de Brasília, na véspera do Natal de 2022. Eles foram ouvidos antes

de George Washington de Oliveira Sousa, já condenado pelo atentado.

O testemunho dos três agentes – os peritos criminais Renato Martins Carrijo e Valdir Pires Dantas Filho e o delegado Leonardo de Castro Cardoso, diretor do Departamento de Com-

bate à Corrupção e ao Crime Organizado (Decor) – ajudou a mostrar como os discursos golpistas de Jair Bolsonaro e seus cúmplices levaram a sucessivos atos de terrorismo e à tentativa de golpe de 8 de janeiro.

O deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA) pediu ao delegado Leonardo Cardoso que confirmasse trechos do depoimento de George Washington, no inquérito policial já tornado público. Em um dos trechos, o bolsonarista disse à polícia: “A minha ida a Brasília tinha como propósito participar dos protestos que ocorriam em frente ao QG e aguardar o acionamento das Forças Armadas para pegar em armas e derrubar o comunismo”.

Em seguida, Washington detalhou sobre o arsenal encontrado no apartamento que alugou em Brasília: “O que me motivou a adquirir as armas foram as palavras do presidente Bolsonaro, que sempre enfatizava a importância do armamento civil, dizendo o seguinte: um povo armado jamais será escravizado”. Após a confirmação de que essas foram as palavras do criminoso, Rubens Júnior destacou: “Com isso, a gente já sabe por que o George Washington tinha tanta arma, e já sabe por que ele veio para Brasília”.

Na quinta-feira, em depoimento à CPI, George Washington agiu como um típico bolsonarista e se acovardou. Permaneceu calado e não prestou informações. Beneficiado por um habeas corpus que lhe deu o direito de não responder as perguntas feitas pelos parlamentares, Washington disse que ficaria calado na grande maioria das vezes. E só respondeu a questionamentos quando, claramente, queria gerar confusão nas investigações,

como quando disse que o Exército havia identificado “infiltrados” no acampamento dos golpistas em Brasília.

Apesar da estratégia, a CPI avançou graças aos depoimentos dos policiais. E diante das informações prestadas pelo próprio terrorista, no inquérito instaurado pela polícia. O delegado Cardoso confirmou as declarações prestadas por Washington: “Eu resolvi elaborar um plano com os manifestantes do QG do Exército para

## “FUI PARTICIPAR DOS PROTESTOS QUE OCORRIAM EM FRENTE AO QG E AGUARDAR O ACIONAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS PARA PEGAR EM ARMAS”

provocar a intervenção das Forças Armadas e a decretação do Estado de Sítio para impedir a instauração do comunismo no Brasil”.

Os integrantes da CPI chegaram à conclusão óbvia, diante desses trechos: a motivação do terrorista era – inspirado pelo discurso golpista de Bolsonaro – criar um caos social que motivasse a intervenção das Forças Armadas. “A gente

percebe, então, qual era o motivo da tentativa de golpe, da tentativa de colocar uma bomba no aeroporto de Brasília, inspirada pelo ex-presidente, querendo criar o caos social e político no nosso país para dar um golpe de Estado e impedir que o presidente Lula assumisse em 1º de janeiro”, ressaltou Rubens. “Esses são os motivos desse crime. Isso tudo consta nos autos e é confirmado pelo delegado que procedeu essa investigação”.

O deputado Pastor Henrique Vieira (PSOL-RJ) ressaltou o perigo representado pela estratégia de desinformação usada em todo o mundo pela extrema-direita, que tem no bolsonarismo sua face brasileira. “É o bizarro tentando se passar por comum e normal. Tipo: não existia vírus, a vacina não funciona, a Terra é plana. Ridículo, só que não é amor. E produz violência, ódio, negacionismo, desinformação. Isso não é brincadeira, isso produz carro-bomba. O efeito final do bolsonarismo é um carro-bomba prestes a explodir”, acusou.

“Se fosse só discurso, já seria grave. Mas não é só discurso. Influencia famílias, comportamentos, manipula sentimentos religiosos e leva pessoas ao auge do fanatismo, a um mundo paralelo, dispostas a montar um carro-bomba e explodir um aeroporto”, ressaltou.

O deputado criticou ainda a tentativa que a extrema-direita faz agora de culpar o governo Lula pelo golpe que ela insuflou. “É o curioso e tragicômico caso de uma extrema direita que articulou um golpe e depois busca responsabilizar um governo eleito. Coloca mais peso de responsabilidade numa eventual omissão da vítima do que na incompetência do algoz. Isso é bizarro”, disse. • **Agência PT**





Olimpio

# REGULAÇÃO NÃO É CENSURA

O fato de a gigante de tecnologia Meta, proprietária do Facebook, Instagram e Whatsapp, admitir descontrole sobre o conteúdo ajuda a impulsionar o debate sobre o tema. “Todo o poder às plataformas gera um sistema privado de censura”, diz relator do projeto das Fake News, deputado Orlando Silva

**Isaías Dalles**

**A** Meta, empresa que é proprietária das plataformas Facebook, WhatsApp e Instagram, já admitiu que seus sistemas de controle e moderação de conteúdo falharam. A Big Tech assumiu que falhou ao manter no ar um vídeo que conclamava a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes da República, em 8 de janeiro.

O fato de a própria gigante de tecnologia reconhecer que não excluiu o vídeo por não ter capacidade de detectar seu caráter antidemocrático e ilegal reforça a necessidade de uma regulação para o setor. A avaliação é do secretário de Políticas Digitais do governo Lula, João Brant.

A gigante do Vale do Silício já havia admitido o erro em março. Mas, na semana passada, voltou a abordar o assunto. Dessa vez,

atribuiu o erro ao fato de que a pontuação do texto que acompanhava o vídeo, em português, confundiu seus sistemas de controle. Essa explicação oficial, mesmo que não diga tudo, serve ao menos para mostrar uma fragilidade no modelo de moderação a cargo exclusivamente da própria empresa.

Isso sem falar nos ataques explícitos que as próprias plataformas protagonizaram contra o projeto de lei que pretende regular a veiculação de conteúdos digitais no Brasil. Às vésperas da votação da proposta no Congresso, no início de maio, o Google veiculou anúncio oficial em que acusava o projeto de tentar impor censura no país e de prejudicar a qualidade dos serviços.

Segundo a empresa admitiu depois ao Supremo Tribunal Federal, o anúncio teria custado R\$ 2,1 milhões. A pressão das big techs forçou o adiamento da votação do projeto, em tramitação

no Congresso Nacional. O nível de pressão revelou o caráter danoso da atuação das grandes empresas de tecnologia, que atuam como se não tivessem obrigações legais e com as leis. O ministro da Justiça, Flávio Dino, criticou duramente a conduta da empresa.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator do projeto, batizado pela imprensa de “Lei das Fake News”, acredita que o tema deve ser apresentado novamente à Câmara dos Deputados no início do segundo semestre. Silva e Brant participaram, na semana passada, de um debate sobre regulação das redes, promovido na Universidade de Brasília (UnB) e organizado pelas fundações partidárias, entre elas a Perseu Abramo.

Para o deputado e o secretário, um dos principais desafios para a aprovação do projeto é desfazer a ideia, junto à opinião pública, de que se trata de tenta-



Joedson Alves/ABR

**REGRAS** Secretário de Políticas Digitais do governo Lula, João Brant alerta para os riscos à democracia com o modelo atual de gestão das redes sociais

tiva de censura. “É exatamente o contrário. O usuário das plataformas não será tutelado, e sim terá um mecanismo de proteção”, afirma Orlando Silva.

Um dos pilares da proposta é criar um conjunto de princípios, cujo cumprimento será analisado periodicamente por um conselho independente, com participação de representantes de usuários, das próprias empresas de tecnologia e de comunicação, dos poderes públicos e de pesquisadores. “Não haverá controle individualizado sobre as atividades das pessoas”, garante.

Esse tipo de regulamentação vigora em outros setores, explica João Brant. “É similar ao que se pede a uma empresa concessionária de estradas”, exemplifica. “Ela não deve responder por cada acidente ou imprudência de motoristas individuais. Mas deve agir preventivamente, sendo cobrada pela qualidade do asfalto, da sinalização”.

Outro exemplo citado por Brant é o setor financeiro, que tem regras para prever e evitar riscos sistêmicos, como a quebra de bancos. “No caso das plataformas digitais, há um conjunto de riscos sistêmicos, e um dos

maiores é o risco para a democracia. O modelo de negócios desse setor, baseado no engajamento a qualquer custo, favorece o espírito incendiário para atrair audiência”, aponta.

A censura existe, de fato, no modelo atual, na opinião de Orlando Silva. “Todo o poder às plataformas gera um sistema privado de censura, em que os dados

## O MODELO DE NEGÓCIOS DESSE SETOR, BASEADO NO ENGAJAMENTO A QUALQUER CUSTO, FAVORECE O ESPÍRITO INCENDIÁRIO PARA ATRAIR AUDIÊNCIA

são coletados e processados em escala industrial. O que defendemos é o direito de ter um controle sobre esses dados, de forma plural”. Silva destaca que esse controle não estará nas mãos do governo, e sim de um conselho em que as empresas, inclusive, terão participação. “Houve críticas dizendo que o governo pretendia criar o Ministério da Informação. Onde isso está escrito?”, questiona João Brant.

Segundo o secretário de Políticas Digitais, a regulamentação proposta cria regras gerais, a partir de conceitos legais e de direitos já consignados em outras esferas da sociedade. Por isso, não engessariam a evolução tecnológica.

Um desses conceitos, segundo Brant, é o dever de cuidado. Refere-se à prevenção de crimes contra o Estado, racismo, violência contra a mulher, suicídio, crimes contra crianças e adolescentes e contra a saúde pública. Outro é a instituição de auditoria periódica, sob responsabilidade do conselho independente, como ocorre, entre outros setores, nas atividades empresariais. “Esse órgão vai lidar com as obrigações das plataformas. Já as atividades individuais na rede vão ser reguladas pelas próprias plataformas”.

O deputado e o secretário têm dialogado, desde o início do ano, para aperfeiçoar o projeto de lei, ouvindo propostas de diferentes setores, inclusive de pessoas envolvidas em projetos de regulação que estão avançando na Europa. Ambos acreditam, no entanto, que falta mobilização social de setores progressistas. Ao contrário do que se observa no campo fundamentalista, que vem mobilizando a partir de fake news como, por exemplo, a de que o projeto vai impedir a publicação de trechos bíblicos na rede. •



# GUERRA CONTRA AS FAKE NEWS

Em Brasília, Foro de São Paulo promove debate amplo, junto com movimentos sociais e sindicais apontando os caminhos para a esquerda. A luta passa pela disputa de novas gerações e ideias, volta às ruas, brigadas digitais e democratização das comunicações

**M**arca mundial dos movimentos de esquerda, as mobilizações de rua perderam “espaço” desde 2019, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a pandemia de Covid-19 no planeta, para a ocupação das redes sociais por movimentos de extrema-direita e sua pauta de costumes e de proliferação do grande negócio que são as fake news.

Esse cenário de terra fértil ao debate de costumes e proliferação de mentiras como formas desconstrução fez encolher as mobilizações de massas devido ao risco de contágio por coronavírus e possibilitou o domínio de redes sociais a partir do poder econômico pelo conservadorismo.

Nesta 26ª edição, que começa nesta quinta, 29, em Brasília, o Foro de São Paulo tem como objetivo manter ações unitárias entre os partidos políticos e movimentos sociais do campo progressista e de esquerda. A organização do evento e representantes de setoriais – como mulheres, juventude, movimentos sociais, sindicais e de defesa da terra, debaterão a integração regional.

Coordenador político da Confederação Sindical de Trabalhadores (as) das Américas, Ivan Gonzales, diz que a CSA Sindical reivindica a democratização das comunicações como um conteúdo essencial da pauta política e democrática.

“A disputa pelo relato frente à hegemonia neoliberal faz com que o campo das comunicações

seja um cenário fundamental para impulsionar os valores da solidariedade, a luta pelos direitos, a organização e a luta da classe trabalhadora”, aponta.

Para o coordenador, esses desafios não serão superados sem antes ampliar a presença dos movimentos sociais e sindicais nas diferentes plataformas de comunicação como forma de avanço da perspectiva progressista, democrática e do desenvolvimento sustentável, “como programa superador da lógica violenta do capitalismo”.

Gonzales afirma que, em 2021, a Conferência Continental de Comunicação Sindical traçou uma “Hoja de Ruta” para o sindicalismo das Américas, no qual a luta contra o discurso de ódio, as fake News, a manipulação das mídias

sociais constitui uma parte das tarefas da comunicação sindical.

“Estabelecer alianças com o movimento das mídias alternativas, criar linguagens próprias para nos comunicarmos com as bases, apoiar a comunicação de nossos sindicatos e demandar uma presença mais ativa dos estados na democratização das comunicações fazem parte da agenda sindical no enfrentamento do poder corporativo midiático e do conservadorismo econômico e político na região”, comenta.

Na avaliação de Antonio Lisboa, secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a utilização correta e efetiva das redes sociais ainda é um grande desafio para os movimentos sociais e, especialmente, os sindicais. Para ele, importantes passos já foram dados e todas as entidades têm procurado se fortalecer nesses campos.

“No caso do movimento sindical e da CUT, nós tivemos durante o ano passado, especificamente, um papel importante na disputa e nas redes sociais com relação às eleições brasileiras, principalmente, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir da criação da estratégia que chamamos de Brigadas Digitais, com as quais conseguimos organizar milhares de grupos no país inteiro para fazer a disputa política”, afirmou Lisboa.

O dirigente disse que essa foi uma experiência importante que deve ser fortalecida, mas já deu um resultado extremamente importante nas eleições de 2022. “Acho que no dia a dia da luta contra a extrema-direita essa experiência das Brigadas Digitais, certamente, pode ser multiplicada ainda mais para servir de experiência para a região.”

Secretária Nacional de Mulheres do PT, Anne Caroline Moura afirma que a organicidade dos

movimentos deve ultrapassar as barreiras virtuais e que as mobilizações populares não se podem ficar apenas a cargo das redes sociais, ponderando que os tempos mudaram e os dirigentes precisam se adaptar.

“Por isso, grupos, listas de transmissões, lives, um grupo composto por comunicadoras populares de todo o país, videoaulas de formação, a exemplo da TV Elas por Elas, implementada pelo Partido dos Trabalhadores, são ótimas ferramentas para manter a militância ativa e informada”, afirma.

## O MODELO DE NEGÓCIOS DESSE SETOR, BASEADO NO ENGAJAMENTO A QUALQUER CUSTO, FAVORECE O ESPÍRITO INCENDIÁRIO PARA ATRAIR AUDIÊNCIA

A dirigente ressalta que outro fator importante no campo digital é a checagem de fatos e de dados. “É um dever de toda pessoa que está na política e que se considera progressista. A valorização da verdade deve ser sempre o nosso norte”, diz.

Representante do setor de Relações Internacionais da coordenação Nacional do MST, Messilene Gorete comenta que, atualmente, a luta de classes está cada vez mais complexa e passa, principalmente, pela disputa das

ideais, área em que o capital permanece com grande hegemonia cultural e economicamente.

“As redes sociais passaram a ser um dos grandes campos de batalha. E nós, os movimentos populares, estamos sendo obrigados a nos preparar e nos reorganizar para enfrentar essa nova fase da luta ideológica”, comenta.

Messilene pondera que há avanços nos mecanismos de como os movimentos populares têm atuado nas redes sociais, fazendo o enfrentamento de ideias difundidas pela extrema-direita.

Apesar dos desafios, esse é um terreno ainda muito complexo para a atuação do campo progressista. “É um inimigo, praticamente, invisível, atuando em todas as dimensões humanas, da sociedade e conta com muitos interesses econômicos envolvidos. “Por isso, temos que nos preparar mais e mais para essa nova fase da disputa de classes, mas a luta de massas, de rua, o diálogo direto com as pessoas e com a sociedade ainda seguem como os instrumentos mais poderoso para combater os fascistas e as ideias conservadoras da sociedade.”

De acordo com Alexandre Pupo, representante do Coletivo Internacional da JPT, as últimas eleições na região mostraram o poder das redes sociais como território de disputa política, mas cada vez mais e, principalmente, as novas gerações têm ocupado essas redes de forma orgânica, disputando e apresentando a política em uma nova linguagem, própria para esse espaço.

“Eu acredito que esse seja o caminho. As redes sociais e seus algoritmos são moldados de forma colaborativa, com a formação de comunidades, de trends e de tendências. Temos que ocupá-las, aprender como funcionam e atuar por dentro delas”, defende. • Agência PT

# CONTRA A BARBÁRIE NAS ESCOLAS

Chegou a hora de retomar as campanhas de desarmamento e avançar na regulação das redes sociais. Não dá mais para a sociedade se omitir diante da violência nas escolas brasileiras

Zeca Dirceu

**O** ataque a tiros que deixou dois alunos mortos em uma escola no meu estado, na cidade paranaense de Cambé, evidencia a necessidade de o país realizar novas campanhas de desarmamento e dar sequência ao processo de regulamentação do funcionamento das redes sociais digitais. É flagrante que há um número muito grande de gente armada sem a mínima condição psicológica e psiquiátrica de portar uma arma de fogo.

São perdas irreparáveis, num quadro alarmante que é o resultado de um impiedoso e desumano incentivo ao uso de armas pelo governo passado e também do uso indevido das redes sociais. Vidas foram ceifadas nos últimos anos por causa da disseminação do ódio e da violência, alcançando até as escolas, antes espaço de concretização de um ideal constitucional de educação plural e democrática.

Por isso, protocolei, na última semana, pedido de audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados para debater com diferentes especialistas, governo e entidades da sociedade civil a violência nas escolas e a elaboração de estratégias para uma ampla campanha de desarmamento



com foco na promoção da paz nas unidades escolares de todo o país. O parlamento precisa se envolver nas campanhas contra o armamentismo.

É falsa a tese de que é preciso desarmar os criminosos antes de passar ao controle de armas.

Podemos avançar nas duas tarefas: desarmar cidadãos que não têm a mínima condição, sequer psicológica, de ter uma arma; e, ao mesmo tempo, desarmar os criminosos, coibindo o contrabando e o uso irregular de armas.

O governo, lideranças políticas, igrejas e setores da sociedade civil precisam se mobilizar para enfrentar o problema. No caso do desarmamento, há menos de 20 anos, sem imposição ou coação, conseguimos avanços civilizatórios que, lamentavelmente, foram destruídos pelo governo passado.

O Ministério da Justiça, em conjunto com delegacias de crimes cibernéticos das principais regiões brasileiras, tem monitorado ameaças na internet relacionadas a possíveis ataques em escolas. Mas, antes de tudo, é preciso desarmar a população e evitar o mau uso da internet.

Os números são assustadores. Desde o início da operação Escola Segura, em abril deste ano, foram presas ou apreendidas 368 pessoas, entre adultos, adolescentes e crianças. Houve também a condução de 1.595 suspeitos,

368 buscas e apreensões, registro de 3.396 boletins de ocorrência, 2830 casos em investigação. Foram realizadas 901 solicitações de preservação e remoção de conteúdos digitais em plataformas de redes sociais e 384 solicitações de dados cadastrais em plataformas de redes sociais.

O governo do presidente Lula e o Congresso Nacional terão papel central no encaminhamento de uma solução do problema. Porém, não se trata só de desarmar a população. É imperativo e urgente a criação de canais para ampliar o debate sobre a importância de promover a paz nas escolas com propostas para o acolhimento de crianças e adolescentes, especialmente por meio de equipes multiprofissionais, que além de professores e pedagogos, possam ser formadas por assistentes sociais e psicólogos.

Eu não uso armas e nem tenho seguranças armados. Sou a favor da cultura da paz. Em vez de escolas fechadas ou militarizadas, como propõem alguns, defendo a existência de uma escola aberta à comunidade, onde questões como bullying e outros tipos de assédio e violência sejam debatidas com a participação de todos, sempre levando em conta o respeito à diversidade e às políticas afirmativas. A escola é um espaço de formação e reflexão. •

\* Deputado federal pelo Paraná, é líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados





**PROTESTO** A bancada feminina denuncia na Câmara a tentativa de intimidação por conta da sua atuação política

# “NÃO VÃO NOS CALAR”

Deputadas federais do PT e do PSOL sofrem perseguição política. Elas são vítimas de uma campanha sórdida de bolsonaristas, que querem puni-las com a perda de mandato

**O** movimento de mulheres e feminista, partidos políticos, entidades de classe e movimentos sociais têm se manifestado em apoio às deputadas federais Célia Xakriabá (PSOL-MG), Erika Kokay (PT-DF), Juliana Cardoso (PT-SP), Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e Talíria Petrone (PSOL-RJ). Elas estão sendo atacadas duramente pelo Partido Liberal (PL), sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro, que tenta cassar seus mandatos no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados.

As parlamentares ainda estão sendo atacadas e viraram vítimas do presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), que aceitou em tempo nunca antes visto no Congresso a representação ilegítima contra elas – todas mulheres, todas de esquerda. A presidenta do PT, Gleisi Hoffmann (PT-PR), ressaltou que a violência política de gênero é uma constante dentro e fora do Congresso Nacional.

O argumento do PL é que as parlamentares chamaram de “assassinos” os deputados que votaram a favor do Marco Temporal (PL 490/2007, atual PL 2903/2023), tese da bancada ruralista para alterar as regras da demarcação e a proteção às terras indígenas no Brasil, que colocaria em maior risco a vida dos povos originários, facilitan-

do a já forte ação de garimpeiros, madeireiros e criadores de gado.

Logo após a instauração de processos disciplinares contra as deputadas no Conselho de Ética, elas deram uma entrevista coletiva à imprensa na qual denunciaram a violência política de gênero. A maior evidência de que sofrem uma perseguição infundada é a velocidade sem precedentes com que estão caminhando os processos, abertos a pedido do PL depois de as deputadas criticarem quem votou a favor do marco temporal.

“Assassinos são aqueles que colocam as canetas para que os traidores passem nas terras do

nosso povo. Portanto, não vão nos calar. E nós todas, que estamos aqui, e tantas outras, se continuar essa forma absurda de colocar na comissão de ética, nós e as demais parlamentares estaremos semanalmente na comissão de ética. Portanto, eu ecoo aqui a todos vocês que nos ajudem a denunciar e a defender nossos mandatos”, afirmou Juliana Cardoso.

Gleisi denunciou o tratamento desigual dado às seis parlamentares, uma vez que deputados homens de direita fazem constante uso de palavrões, ofensas e ameaças, sem sofrer qualquer tipo de punição. Na semana passada, a Marcha Mundial de Mulheres se posicionou contra o processo na Câmara, denunciando-o como violência, e cobrando da direção do parlamento medidas que coíbam o uso desse tipo de recurso como forma de perseguição.

Parlamentares mulheres ocupam somente 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados. Mas 63% dos processos na Comissão de Ética da Câmara são contra deputadas, em um cenário em que representações contra homens de extrema-direita que conclamaram, organizaram e defenderam o golpe de 8 de janeiro dormem há 140 dias nas gavetas de Arthur Lira.

A violência política é um instrumento para afastar mulheres dos espaços de poder e é, neste caso, uma forma de calar vozes de esquerda em uma Câmara cujo papel deveria ser o de aprofundar a democracia. Este método de intimidação e silenciamento são usados por representantes da extrema-direita também em Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores ao redor do país, para

impedir que representantes eleitas digam a verdade sobre a desigualdade, a exploração e a violência que as elites detentoras do poder econômico patrocinam contra a população brasileira.

O apoio às deputadas sob perseguição vem também de um grupo instituído pelo governo Lula. Sob coordenação do Ministério das Mulheres e composto pelos ministérios dos

## MOVIMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL REAGEM À OFENSIVA CONTRA AS DEPUTADAS E PRESSIONA MESA DA CÂMARA A ARQUIVAR O PROCESSO

Povos Indígenas, da Igualdade Racial, da Justiça e Segurança Pública e dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Grupo de Trabalho Interministerial de Enfrentamento à Violência Política contra as Mulheres enviou solicitação formal à Mesa Diretora da Câmara para rejeitar o pedido de processo aberto contra as deputadas.

O grupo pede ainda que a Câmara passe a considerar violência política de gênero as

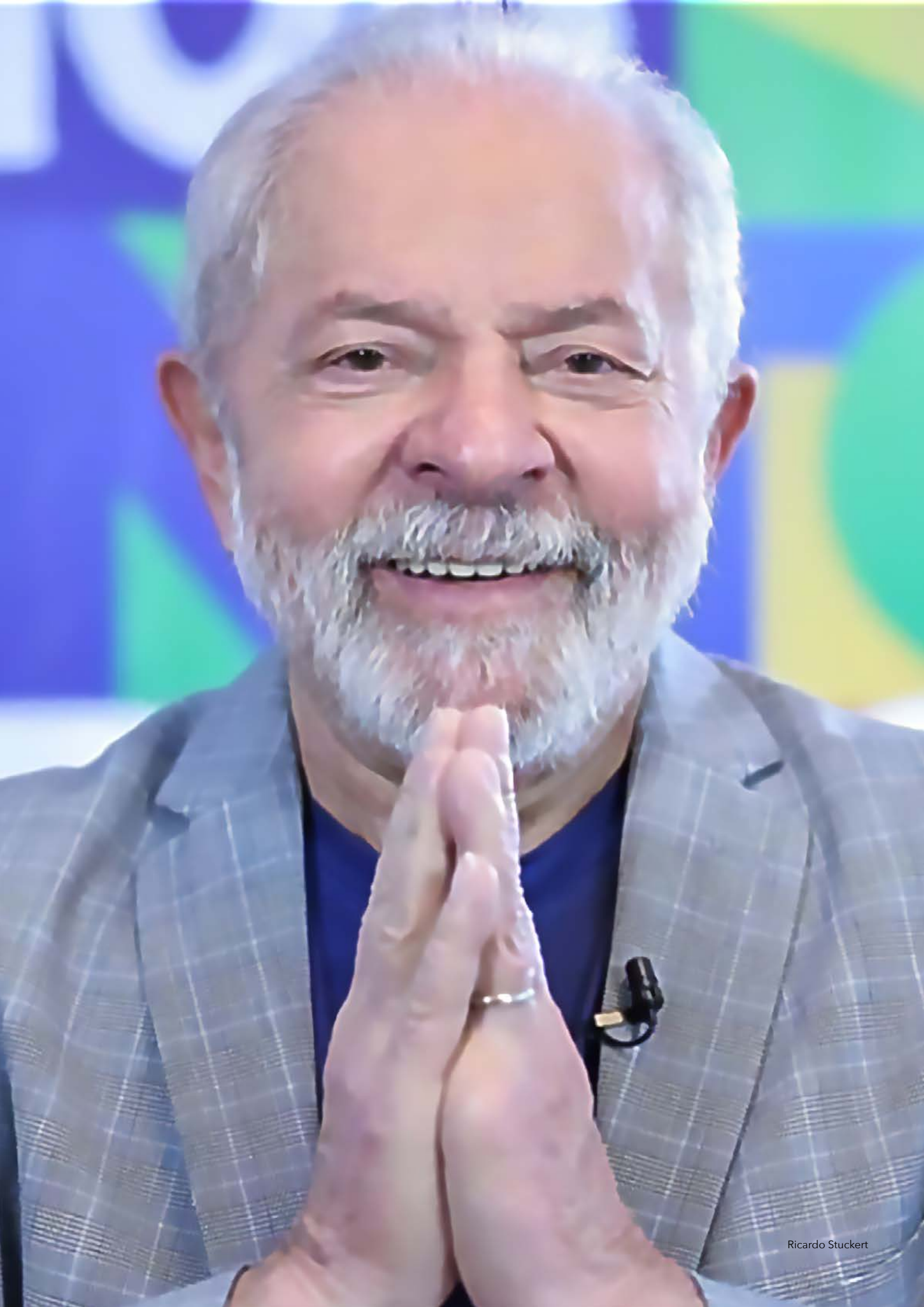
manifestações violentas contra parlamentares mulheres de quaisquer partidos e instaure mecanismos que criminalizem esse tipo de procedimento.

Na última semana, foi divulgado o relatório do enviado especial da Organização das Nações Unidas, Clément Nyaletsossi Voule, sobre direito à liberdade de reunião e associação. O relator especial esteve no Brasil para avaliar a situação dos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação no país, conforme as resoluções 15/21 e 41/12 do Conselho de Direitos Humanos da ONU. O documento será base para que as Nações Unidas possam fazer comparativos aos avanços e/ou retrocessos do governo atual com a gestão anterior.

Por ter sido apurado durante a gestão do ex-presidente genocida, o relatório expressa preocupação com o encerramento das reuniões cívicas no espaço e o aumento da violência política no Brasil, que ameaçam o efetivo gozo dos direitos à liberdade de reunião pacífica e de associação ao longo dos últimos anos. Ele relaciona o aumento do número de assassinato com o crescente medo de pessoas, principalmente mulheres, de investirem na vida política por falta de segurança.

O relator especial adverte que o aumento da violência política e do discurso de ódio ameaça destruir os valores democráticos fundamentais dentro de uma sociedade que já luta contra o legado de racismo e discriminação contra comunidades indígenas e tradicionais, e com a intolerância histórica contra outros grupos minoritários, como pessoas LGBTQI+, refugiados, requerentes de asilo e migrantes. •







# MELHORA A PERCEPÇÃO SOBRE A ECONOMIA

**Efeito Lula é confirmado sobre o estado geral do Brasil. Pesquisa Quaest indica que 32% dos brasileiros estão mais otimistas quanto ao cenário que o país tem pela frente**

**Matheus Tancredo Toledo**

**A** mais recente pesquisa Genial/Quaest, divulgada na última semana, aponta que a percepção dos brasileiros sobre economia melhorou desde abril. No período, o número de pessoas que percebem melhora aumentou de 23% para 32%, enquanto o número dos que apontam piora na economia caiu de 34% para 26%. A percepção de que ficou do mesmo jeito se manteve no mesmo patamar – oscilou de 39% para 38%.

O aumento foi maior na base da pirâmide social – entre os brasileiros com renda familiar até 2 salários mínimos (R\$ 2.640) aumentou de 21% para 35% –, mas também está presente também nas demais faixas de renda. A sensação de melhora aumentou de 22% para 31% no segmento dos brasileiros de classe média, que ganham entre 2 e 5 salários mínimos – o equivalente a R\$ 2.640 e R\$ 6.600 – e 5 pontos na renda acima de 5 salários-mínimos, chegando a 30%.

Isso se refletiu em um aumento da aprovação de Lula acima da margem de erro: quando questionados, de forma binária, se aprovam ou desaprovam o

trabalho do presidente, 56% dos entrevistados disseram aprovar. O índice é 5 pontos superior ao registrado pela Quaest em abril: 51%.

A série histórica do instituto demonstra que o patamar da aprovação de Lula retomou aos níveis de fevereiro deste ano. Recentemente, pesquisas indicaram apoio da população às críticas que o presidente Lula tem feito às decisões da direção atual do Banco Central, de manter as taxas de juros em patamares que inviabilizam o crescimento econômico, e de elevação constante dos juros reais.

Os dados reforçam que o desempenho da economia é potencialmente o grande condutor da aprovação governamental

neste novo período. Portanto, uma melhora da economia pode se traduzir em apoio em diversos segmentos da população brasileira ao governo e ao presidente.

O instituto também mensurou a opinião a respeito de medidas recentes anunciadas pelo Palácio do Planalto. A isenção de montadoras para reduzir o preço dos carros é aprovada por 76% dos brasileiros, enquanto o perdão de dívidas pequenas para limpar o nome é aprovado por 73%.

Já o fim da paridade internacional para o preço da gasolina conta com apoio de 61% dos brasileiros. Além disso, para 46% das pessoas, a imagem internacional do Brasil melhorou, e 49% consideram importante a aproximação do país com outras nações da América do Sul.

Para Felipe Nunes, CEO da Quaest e responsável pela pesquisa, o que ‘chama mais a atenção’ nos dados deste novo levantamento é o avanço no apoio entre aqueles que se dizem eleitores de Jair Bolsonaro (PL).

“Embora essa melhora tenha acontecido em todos os estratos sociais, chama atenção a melhora entre eleitores de Bolsonaro. Nesse segmento, a aprovação passou de 14% para 22%”, comenta o pesquisador na divulgação dos índices. •

## 32%

dos entrevistados consideram que houve melhora na economia. Em abril, o percentual era de 23%. E caiu o número daqueles que consideram que houve piora. Os dados são da Genial/Quaest



# JUROS ALTOS SÃO UMA TRAVA

A Selic em alta impede o crescimento e a geração de empregos, diz o secretário de Política Econômica, Guilherme Mello. O regime fiscal melhorou o ambiente macroeconômico, mas os efeitos da atual política monetária são ruins: “Há indícios claros de impacto negativo, em particular, na indústria”. Na Itália, Lula diz que o presidente do Banco Central joga contra a economia do país

**E**m menos de seis meses de gestão, o governo federal fez o dever de casa, organizando o orçamento e preparando o terreno para uma retomada do crescimento brasileiro. Antes mesmo de ter a aprovação concluída no Congresso - o texto final ainda deve passar por nova análise da Câmara - o novo regime fiscal já garantiu o ambiente macroeconômico ideal para o desenvolvimento, avalia o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

E o que falta? Uma redução imediata dos juros pelo Banco Central, hoje o maior entrave à atividade produtiva no país. Mello re-

afirma que as condições para uma queda da taxa Selic estão dadas há algum tempo, inclusive pela segurança das novas regras fiscais e dados como o crescimento do PIB - já acima de 2%, segundo projeções do mercado - e queda da inflação.

“Ele [o novo regime] já tem, por exemplo, reduzido as expectativas de juros futuros, melhorado a taxa de câmbio e o ambiente macroeconômico”, elencou o economista, ao falar das regras fiscais. Mello comentou a retirada do Fundeb e dos recursos do Fundo do Distrito Federal, assim como repasses para a ciência e tecnologia e inovação, além do cálculo da inflação no orçamento de 2024, que garantem

mais espaço para investimentos.

“É uma alteração importante, na forma de inclusão no orçamento do crescimento da inflação. Ele permitiu que o governo envie um projeto de lei orçamentário, já considerando a inflação completa do ano”, disse Mello, em entrevista ao Jornal PT Brasil, transmitido pela TV PT nas redes sociais na sexta-feira, 23. “Assim, o governo coloca, de forma condicionada, um limite maior de gastos, já considerando a inflação do ano todo”. E justificou: “São mudanças que não alteram a estrutura do regime fiscal, mas que têm algum impacto no funcionamento dele, em particular, 2024, que é o primeiro ano de funcionamento”.

Em viagem oficial à Itália, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez duras críticas à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros (Selic) no elevado patamar de 13,75%. Lula diz que o presidente do Banco Central, o Roberto Campos Neto, “joga contra a economia brasileira”. A atual autoridade monetária foi indicada por Jair Bolsonaro, cujo governo jogou contra os interesses do país. Lula classificou como “irracional” a manutenção da Selic neste patamar, em razão da queda da inflação no país.

“Eu acho que esse cidadão joga contra a economia brasileira. Não tem explicação. Não existe explicação aceitável do porquê de a taxa de juros estar em 13,75%”, disse Lula, em Roma, durante coletiva de imprensa. “Nós não temos inflação de demanda. Você usa os juros para controlar a inflação. Quando você tem uma demanda muito grande, você aumenta a taxa de juros, e diminui o crédito e diminui o consumo. Nós não temos isso no Brasil. Então, sinceramente, eu acho que esse cidadão está jogando contra os interesses da economia brasileira”.

Guilherme Mello diz que o Banco Central mantém uma política monetária que funciona como o grande freio de mão ao crescimento. “Quando a taxa Selic está alta, os bancos tomam dinheiro a uma taxa também alta, o ponto de partida já está alto. A partir daí, o juro final, que é cobrado ao consumidor, fica ainda mais alto. Então, ela tem um impacto bastante significativo no mercado de crédito, no custo do crédito”, argumenta Mello.

“Hoje, para um empresário industrial tomar crédito para comprar uma máquina, ele paga entre 18% e 22% de taxa de juros ao ano. Isso significa que a rentabilidade, a lucratividade que ele vai ter, decorrente da aquisição des-

sa máquina, tem de ser superior a 20%, o que não é comum”, exemplificou.

Esse é o motivo, segundo Mello, pelo qual os empresários optam por não investir em qualquer projeto. “Eles pensam, “bom, se meu lucro vai ser menor do que a taxa de juros que eu pago, eu não vou investir”. Aí não investe, não contrata, não amplia a produção, não aumenta a produtividade, a economia não cresce, empregos não são gerados”, explicou.

“Com isso, o governo também

## LULA: "ESSE CIDADÃO JOGA CONTRA A ECONOMIA. NÃO TEM EXPLICAÇÃO. NÃO EXISTE EXPLICAÇÃO ACEITÁVEL DE JUROS EM 13,75%"

arrecada menos, porque, quanto mais a economia cresce, gira e empregos são gerados, maior é a arrecadação do governo”, sustenta. “Quanto maior é a arrecadação do governo, mais ele pode investir em infraestrutura, educação, saúde. Portanto, quanto maior a taxa de juros, menor o crescimento, arrecadação e investimento na área social”.

Nessa conta, apontou o economista, entra o efeito mais nefasto da Selic: o pagamento de juros da dívida pública por par-

te do governo. “[Com isso], o governo está transferindo mais dinheiro para os detentores da dívida, em geral, as famílias mais ricas do país”, lamentou.

“Estamos em um cenário em que a taxa de juros real, descontada a inflação, é a mais alta do mundo. E ela tem aumentado cada vez mais porque a inflação tem caído e as expectativas de inflação futura também”, descreveu Guilherme Mello, antes de fazer um alerta: “Quando você mantém a taxa de juros e a inflação cai, a diferença entre uma e outra aumenta. Ou seja, a taxa de juros real, aquela que importa para decisão de investimento e tomada de crédito, aumenta”.

“Vemos isso com muita preocupação, porque a economia brasileira, apesar de ter tido um bom resultado no primeiro trimestre, dá indícios claros de um impacto negativo dessas taxas de juros na economia, sobre as famílias, empresas, em particular, na indústria, mas também no investimento em geral”, advertiu Mello.

“Mesmo a agricultura tem sido impactada por essas taxas de juros muito elevadas”, chamou a atenção o economista. “Os impactos negativos estão crescendo e se avolumando. E, na nossa opinião, sem motivo, porque a inflação tem caído, no acumulado de 12 meses já está dentro da meta”, afirmou, lembrando que o Brasil hoje é um dos países com a menor taxa de inflação do mundo.

“A percepção dos investidores sobre o Brasil melhorou muito e isso se traduz como? A taxa de juros no futuro caiu, o prêmio de risco do Brasil (custo) caiu muito, a taxa de câmbio se valorizou, o que mostra um interesse dos investidores estrangeiros no Brasil. Mas a economia vai ter muito mais dificuldade de deslanchar, de crescer de maneira sustentável com esse nível de taxa de juros”, avisou.. •

**Agência PT**







# A ECONOMIA DO DESEJO E A ECONOMIA DA NECESSIDADE

Para entender quem manda, quem acha que manda e os paus mandados na política e na economia do Brasil. Vale lembrar a frase atribuída a Winston Churchill: “Não existe a opinião pública, o que existe é opinião publicada”

**Sibá Machado**

**C**omo explicar a luta de classes no século 21 para nossa juventude que foi ‘engolida’ pelas baboseiras da internet? Aliás, não apenas a juventude, mas toda a população: de mamando a caducando. No livro “Os engenheiros do caos”, o autor Giuliano Da Empoli descreve com muita firmeza o uso da tecnologia da informação em massa a estimular as teorias da conspiração, fake news e uso de algoritmos para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. O que vale é o totalmente incorreto na política.

Políticos da aberração, da idiotização, baderna, violência, do mais falso patriotismo, apologia à morte e da corrupção extrema. Esta tecnologia foi aplicada com sucesso na Hungria, Itália, Estados Unidos e, é claro... no nosso Brasil.

Diante disso, vale a pergunta: a quem interessa tal desordem? Quem ganha e quem perde com tão brutal violência? Aqui cabe uma análise com base na teoria da luta de classes. Vejamos, você já viu R\$ 1 bilhão? Acredito que não.

Um bilhão de reais se escreve com o número 1 seguido de nove zeros. Assim, vamos chamá-lo de um número de 10 dígitos. Com 10

dígitos, sua fortuna está entre R\$ 1 e 9 bilhões.

Você conhece alguém que tenha R\$ 1 bilhão na conta? Você sabe onde mora essa pessoa bilionária? Você já viu um bilionário no ônibus? Na padaria do bairro? Na fila do SUS? Seguramente, não!

Os bilionários não vivem assim. Um bilionário com 10 dígitos na conta ninguém vê, não se sabe nada sobre eles. Mas, ainda moram no Brasil. Agora, vamos

**VOCÊ CONHECE  
ALGUÉM QUE  
TENHA R\$ 1 BILHÃO  
NA CONTA? VOCÊ  
SABE ONDE MORA  
ESSA PESSOA  
BILIONÁRIA?  
VOCÊ JÁ VIU UM  
BILIONÁRIO?**

analisar sobre os bilionários de 11 dígitos na conta. Com 11 dígitos, significa que tal bilionário possui uma fortuna entre 10 a 99 bilhões de reais. Este tipo de bilionário nem sequer mora no Brasil.

E o que dizer do bilionário de 12 dígitos? São bilionários cuja fortuna esteja acima de R\$ 100 bilhões. Este tipo de bilionário não existe no Brasil.

O cara que mais tem bilhões no Brasil está na faixa dos 11 dígitos e mora nos EUA. A turma dos 10, 11 e 12 dígitos formam a classe dominante, a elite, a burguesia. São os donos dos meios de produção. São capitalistas, fascistas e sem pátria, odeiam os negros, são misóginos, fazem guerras e todo tipo de mal.

Mas, abaixo dessa turma, vem o pessoal dos sete dígitos. São os milionários. Gente que tem milhões na conta. Eles formam a tal classe média alta. Essa turma é quem se apresenta para a disputa política. Toma as dores da turma do bilhão como se fossem suas. São a correia de transmissão da dominação.

Essa turma é muito bem paga, vive muito bem. Alguns têm salários de 5 milhões de reais por mês, o filho estuda nos EUA e o hospital que frequentam é o Albert Einstein.

Porém, essa gente não é dona dos meios de produção. Não são da alta classe burguesa. São apenas empregados da classe dos 11 dígitos. Contudo, na política, fazem o serviço sujo da elite. Racistas, escravocratas e adoradores do império ianque

Depois, temos o pessoal dos cinco dígitos. Este pessoal tem salário/renda acima dos R\$ 10 mil, abaixo do milhão. Esta é a classe média baixa. Tira férias, o filho estuda numa escola particular, estuda inglês, música e o prepara para ser médico ou fazer carreira no Judiciário. E, é claro, disputar eleições, assumir cargos no Congresso e nos governos.

Na política, este pessoal foi o principal alvo da tecnologia explicada no livro "Os engenheiros do caos". Médicos dizendo que vacina não presta, cientista dizendo que a Terra é plana, pastor mandando seus fiéis fazer arminha no culto, professor universitário querendo fechar a universidade, gente simples pedindo ditadura... Viram? Isto foi o locus da aplicação da tecnologia do caos.

Abaixo desta categoria temos o pessoal dos quatro dígitos. Esta categoria mora em geral muito próximo à periferia. Problemas de toda ordem: fila do SUS, ônibus lotado, escola com poucas condições, insalubridade, insegurança, assiste em geral o noticiário policiaisco, etc. Esta categoria também foi duramente atacada pela tecnologia do caos nos moldes da anterior. Foi aqui que o Lula começou a vencer o bolsonarismo.

Por fim, chegamos ao pessoal dos três dígitos. Este é o povão! Somam 120 milhões de brasileiros. Precisam de tudo: renda mínima/bolsa família, SUS, escola pública, transporte público, etc. Aqui o Lula venceu o Bolsonaro.

Quando o povo dos três, quatro e cinco dígitos vê notícias sobre corrupção, fica indignado. Toda a

corrupção exposta na imprensa, diz respeito a pessoas que estão nos salários de três, quatro, cinco e seis dígitos. Jamais se assistem notícias de corrupção na classe dos dez e onze dígitos. Por quê? Por que a mídia é deles.

E como se dá a corrupção na classe dos 10 e 11 dígitos? Temos cinco situações:

### 1) Taxa de juros/Selic

Como a maioria do pessoal dos 10 e 11 dígitos são donos

**O PESSOAL DOS TRÊS DÍGITOS É O POVÃO! SÃO 120 MILHÕES DE BRASILEIROS. PRECISAM DE RENDA MÍNIMA, SAÚDE, ESCOLA E TRANSPORTE**

dos bancos, eles roubam o orçamento geral do Brasil da seguinte forma: tornaram o Banco Central "independente". Daí os banqueiros nomeiam o presidente do Banco Central que é pago para manter a taxa de juros elevadíssima. Hoje está no patamar anual de 13,75%. Mesmo contra a vontade do presidente Lula, que nada poderá fazer para derrubar esta imoralidade. Vale lembrar que, para cada 1% desta taxa, são R\$ 50 bilhões tirados do orçamento e transferido para estes banqueiros.

### 2) Sonegação Fiscal

O povo dos três, quatro e cinco dígitos não conseguem sonegar imposto. Porém, o pessoal do 10 e 11 dígitos têm excelentes advogados e contadores que fazem isso muito bem. O Ministério da Fazenda desconfia que este pessoal tenha sonegado R\$ 2 trilhões escondidos em 'paraísos fiscais'.

### 3) Privatização

A turma dos 10 e 11 dígitos é muito malandra. Eles botam a imprensa para difamar empresas estatais até o povo simples acreditar que a vida dele só vai melhorar quando 'vender' a dita empresa. É o caso da Vale, que R\$ valia 50 bilhões, e o governo de Fernando Henrique Cardoso 'vendeu' por míseros R\$ 3 bilhões. E o que dizer do Bolsonaro que entregou a Eletrobrás que valia R\$ 450 bilhões de reais por R\$ 97 bilhões?

### 4) Teto de gastos

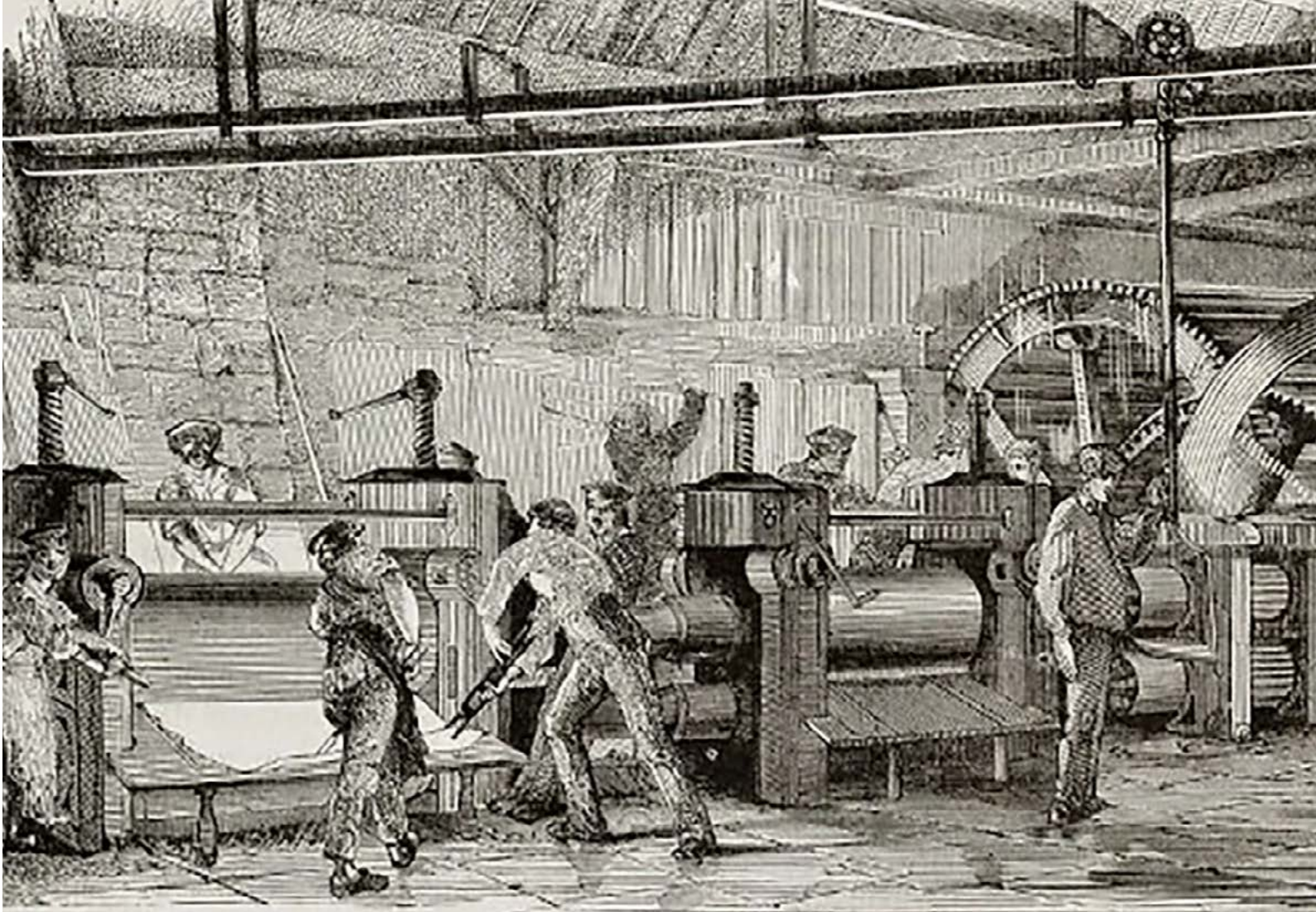
A turma dos 10 dígitos manda a imprensa fazer uma lavagem cerebral na cabeça do pessoal dos dígitos inferiores para obrigar o governo a cortar o dinheiro da saúde, educação, Bolsa Família, salário mínimo e etc. Dizendo que é este o motivo do atraso da economia do Brasil. Não faltam 'economistas' (de merda) para fazer 'brilhantes' análises que atendam a esses senhores.

### 5) Fraude fiscal

A mais recente notícia de escândalo envolvendo alguém dos 10 dígitos foi a fraude na contabilidade das Lojas Americanas. O tal Lehman, todo poderoso dono da AmBev e dono das Lojas Americanas, fraudou a contabilidade desta empresa em R\$ 40 bilhões de reais. e ninguém viu a polícia algemando.

A turma dos três dígitos no orçamento e a turma dos 10 e 11 dígitos no imposto de renda.





Para teorizar este pensamento, sugiro a leitura do livro “Economia do desejo: a farsa da tese neoliberal”, de Eduardo Moreira. De forma simples e esclarecedora ele desnuda a narrativa da turma dos 10 dígitos.

Em resumo, a “Economia do desejo” explica que, o capitalismo vivido e imposto pela turma dos dez dígitos consiste em impor a economia a saciar desejos. Porém, desejo é um sentimento humano insaciável. Quanto mais eu tenho, mais eu quero.

Em contrapartida, Lula nos oferece a economia da necessidade! Este sentimento é saciável. Desta forma, Lula estabelece suas políticas para atender as necessidades básicas do povo. Aí vem a turma dos sete e 10 dígitos falando os diabos contra o Lula dizendo que isto é ‘gasto’ e que irá arruinar a economia.

Segundo Winston Churchill, “não existe a opinião pública, o

que existe é a opinião publicada”. A imprensa (grande), que é dominada pelo pessoal dos 10 dígitos e seus lacaios, faz o serviço sujo da contra-informação, a ponto de fazer um trabalhador terceirizado de Uber aplaudir o ‘teto de gastos’ e a odiar o Bolsa Família, ter sentimentos racistas, bater continência para a bandeira dos EUA e fazer arminha na igreja.

A cenoura como ponto futuro. A turma dos 10 dígitos faz lavagem cerebral na cabeça dos jovens dos três dígitos mandando pagar salário de milhões de reais (ou dólares) para os Neymar da vida como prova que se você está nos três dígitos é por pura burrice sua. E ainda tem a mega sena que paga milhões de reais para os ‘sortudos’. Estes, ao receber o prêmio, passam a pensar e agir como se fosse alguém dos dez dígitos.

A turma dos dez dígitos não se candidata ao Legislativo ou

Executivo. Não põe seus filhos no Judiciário. Isso é trabalho para as turmas dos três, quatro, cinco e seis dígitos. Eles fazem tudo que os caras dos 10 dígitos mandam. A turma dos 10 dígitos se sente os donos não apenas dos meios de produção, mas também do Estado Brasileiro.

Este é o cenário básico da luta de classes no Brasil. A burguesia (de merda) nacional, continua como sempre foi: um pitbull para o povo e uma tchutchuquinha para a burguesia ianque.

Basta uma cara feia de um banqueiro norteamericano para o burguês brasileiro se mijar nas calças. Assim foi o (des) governo do miliciano e seu capataz Paulo Guedes, que roubou entre outras coisas um importante pedaço do Banco do Brasil e da Petrobrás. •

Geógrafo, é ex-deputado federal pelo PT do Acre.



# UMA OUSADIA NECESSÁRIA

O governo Lula retoma a CEITEC, empresa de tecnologia criada nos anos 90, que Bolsonaro queria enterrar. O Brasil precisa instalar um polo de produção de semicondutores com escala adequada para ocupar uma parcela do mercado nacional e da América Latina

\* Adão Villaverde e  
\*\* Miguel Rossetto

Em 9 de abril de 1941, o presidente Getúlio Vargas assinou o decreto para a criação da Companhia Siderúrgica Nacional. A CSN foi a primeira produtora de aço plano no Brasil, o que viabilizou a implantação da iniciante indústria nacional, base para o atual parque industrial brasileiro. Em

meio a um conflito global, Getúlio Vargas teve a audácia estratégica necessária para aproveitar a condição histórica. Poucos hoje duvidam do seu acerto, e muitos reconhecem o seu feito.

A partir daí o Brasil organizou instituições importantes de ensino, pesquisa e uma infraestrutura – energia, estradas, telecomunicações – que permitiu a construção de um parque industrial potente, capaz de abastecer, em grande

medida, a sociedade brasileira em rápida urbanização.

A CEITEC - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada – é parte deste esforço. Projetada como parte integrante do Plano Nacional de Microeletrônica do Brasil, no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 (FHC e Lula), a CEITEC, empresa pública nacional criada em 2008 e localizada no Rio Grande do Sul, se constitui até hoje na única do país e da



América Latina com capacidade de produzir solução completa em semicondutores, ou seja, os chips, componentes básicos à economia do século 21.

A fábrica resistiu à tentativa de sua liquidação e destruição pelo governo Bolsonaro. E, hoje, um grupo de trabalho criado pelo presidente Lula e liderado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, tem a missão de redefinir seu plano de negócios e capacidade de produção, em paralelo à atualização do Plano Nacional de Microeletrônica.

Depois de um feroz e insensato ataque do governo Jair Bolsonaro, que inclusive extinguiu o Ministério da Indústria, a agenda industrial volta com força ao Brasil, a partir da eleição do presidente Lula. O ministério está sendo reorganizado sob o comando do vice-presidente Geraldo Alckmin, que lidera o inadiável projeto de reindustrialização do país, ou da chamada neointustrialização.

Para o Brasil, que já foi a sexta economia global e deve recuperar posição mundial relevante, não existe a escolha de ficar fora da indústria de microeletrônica, hoje tão importante como foi a do aço plano para a nascente indústria à época, há quase cem anos. É sobre o domínio de toda esta atividade científica, tecnológica, produtiva e comercial que se organiza hoje, em grande medida, a disputa geopolítica global pela hegemonia no setor entre os EUA e China, e respectivos aliados que as duas potências possuem.

É decisivo para nosso país que tenhamos domínio sobre todas as capacidades exigidas para esta atividade de vanguarda; a científica e tecnológica, a capacidade de desenvolvimento e projeto, a de prototipagem, a de testes, a de fabricação, a do encapsulamento e a de comercialização.

É na produção, na fabricação, que aprendemos a dominar

todas as etapas da atividade; conectamo-nos com o mercado nacional, regional e mundial, capacitamos profissionais, reduzimos nossa dependência da importação de produtos e agregamos valor aos ativos do conhecimento e inteligência nacional. Se não fizessem isso, a China e a Coreia do Sul continuariam sendo somente grandes produtores de arroz, mas não a potência industrial que são hoje.

Os investimentos nacionais feitos até então na CEITEC, consti-

## NÃO EXISTE A ESCOLHA DE FICAR FORA DA INDÚSTRIA DE MICROELETRÔNICA. É NA PRODUÇÃO QUE APRENDEMOS A DOMINAR TODAS AS ETAPAS

tuem uma base sólida para este reposicionamento. Dispomos de uma infraestrutura importante que foi preservada; uma sala limpa dentro das especificações de temperatura e umidade para manter sua integridade; água ultrapura com mínimo de contaminantes exigido; filtros de ar, para controles de partículas; e os equipamentos para a produção em um nodo tecnológico entre 650 a 350 nanômetros.

Ao longo dos anos de produção da CEITEC foram capacitados profissionais de altíssima qualida-

de, muitos ainda na empresa e outros que podem ser recuperados ou repatriados, ao mesmo tempo em que se retome um novo e potente programa de formação de quadros técnicos. Os investimentos para a retomada da produção da CEITEC, um necessário upgrade de sua planta, nos quais as instituições como BNDES e FINEP também devem participar, são de um custo muito baixo frente ao impulso que este movimento poderá produzir na estratégia de semicondutores para o país, e ao mesmo tempo, do grande estímulo para novos investimentos privados, nacionais ou de outros países, que poderemos atrair nesta atividade.

O Brasil precisa instalar um polo de produção de semicondutores com escala adequada para ocupar uma parcela do mercado nacional e da América Latina, inclusive utilizando seu poder de compras governamentais (como outros países o fazem). Deve desenvolver ciência e tecnologia próprias, aprender, qualificar profissionais e constituir toda uma rede de suprimentos que esta atividade requer, inclusive, estimulando parcerias em todos os níveis com instituições dos países da região e outros. A CEITEC está preparada para ser este primeiro polo de produção brasileira.

Existem escolhas que definem por um longo período a história dos países. Por aqui e agora, que sejam feitas olhando para o Brasil soberano, desenvolvido e justo que queremos construir, carregadas de ousadia e confiança na capacidade do povo brasileiro. •

\* Engenheiro e professor Escola Politécnica PUC-RS, foi secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do governo Olívio Dutra, tendo sido presidente do Fórum Nacional de Secretários de CT&I do Brasil e presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

\*\* Deputado estadual (PT-RS), foi vice-governador do Rio Grande do Sul e ministro nos governos Lula e Dilma.





# A DISPUTA EM 2013

Há dez anos, nos idos de junho, quando eclodiram as manifestações populares, já era claro que se avizinhava um enfrentamento político de largas proporções, embora ainda parecesse limitado às normas constitucionais e democráticas. Eu estava à frente do governo, mas as elites já não queriam a manutenção do projeto popular de poder

## Dilma Rousseff

**S**ão extremamente relevantes o estudo e o debate sobre os acontecimentos que tiveram curso em junho de 2013. Trata-se de um dos mais destacados episódios de nossa história recente, refletindo e concentrando algumas das principais armadilhas de uma transição democrática ainda inconclusa, cujo avanço esbarra em formidáveis interesses econômicos e políticos.

Na condição de presidenta da República, coube-me a missão de compreender aqueles fatos e agir com rapidez. Estava claro que se

tratava de uma duríssima disputa, entre os dois grandes blocos que se confrontam pelo destino de nosso país. Estarrecidos pela eclosão das manifestações, de origem fortemente espontânea e localizada, esses dois campos passaram a atuar para influir sobre a voz das ruas e atraí-la para o fortalecimento de seus projetos.

Um desses campos, representando as frações hegemônicas das elites internas e seus sócios internacionais, vinculava interesses e ideias às chamadas reformas liberais. Com o objetivo principal de atrair fluxos de capital, defendia

medidas que pudessem assegurar negócios de alta lucratividade e baixo risco: privatizações, desregulamentações, achatamento de salários e direitos, persistentes taxas reais de juros, controles dos fundos públicos, cartelização do sistema de crédito, proteção do monopólio da terra e associação subordinada aos Estados capitalistas centrais.

O outro campo estava no governo desde 2003 e dera início a um difícil processo de mudança do modelo econômico, no interior de um sistema político construído para impedir que as classes

trabalhadoras e seus partidos formassem maioria no parlamento e demais instituições.

Para este setor, o desenvolvimento passaria principalmente pela ampliação do mercado interno de massas, o que dependia de políticas capazes de desconcentrar renda e riqueza, ao mesmo tempo em que colocava o Estado como a locomotiva de um novo ciclo de desenvolvimento, afirmando a soberania do país com uma política externa multilateral e multipolar.

Nos idos de 2013 já era claro que se avizinhava um enfrentamento de largas proporções, embora ainda parecesse limitado às normas constitucionais e democráticas. O campo conservador ensaiava uma ofensiva para desgastar a coalizão democrático-popular e impor-lhe uma derrota frontal, retomando o governo nacional nas eleições seguintes, em 2014, ou se preparando para adotar o caminho golpista.

Os protestos ocorridos em junho de 2013, surpreendentes e multitudinários, representaram um momento antecipado de confronto. Nasceram com reivindicações municipais ou estaduais, em geral de caráter progressivo, orientadas para serviços públicos melhores e mais baratos. Mas logo o jogo mudou.

As forças mais conservadoras, contando com meios muito superiores de comunicação, além de recursos financeiros e conexões internacionais, puderam assumir uma relativa dianteira e explorar as mobilizações para arremetê-las contra o governo, trocando as aspirações originais por um difuso e fabricado discurso contra a corrupção.

Os partidos e movimentos de esquerda tiveram mais dificuldades para o embate, o que revelava um problema crônico, até hoje não resolvido: o baixo grau de educação política, organização e mobilização das forças populares.

Por enxergar aqueles acontecimentos como uma disputa, meu esforço foi apresentar um programa de cinco pontos que atendesse e fortalecesse as demandas progressistas. Ao lado do compromisso em manter os gastos do governo sob controle, propus investimentos pesados em saúde, educação e mobilidade urbana, incluindo o direcionamento de parte da renda obtida pela exploração do pré-sal através do modelo de partilha.

O quinto ponto era a convoca-

## AS FORÇAS CONSERVADORAS ASSUMIRAM A DIANTEIRA E EXPLORARAM AS MOBILIZAÇÕES DE JUNHO, TROCANDO AS ASPIRAÇÕES ORIGINAIS

ção de uma Constituinte exclusiva para reformar o sistema político-eleitoral. Claramente esbarramos, então, em uma correlação desfavorável de forças, que levou à retirada desse quinto ingrediente do pacto apresentado. Este ponto teve seu encaminhamento parlamentar e institucional bloqueado.

As propostas feitas, excluída a Constituinte, foram rapidamente aprovadas por um parlamento bastante assustado. Possivelmente tenham sido relevantes para recompor a base social do

campo progressista, preparando a corrida presidencial de 2014. Não conseguimos, no entanto, marchar para uma reforma estrutural da política brasileira.

Continuo convencida de que esse é um tema central, diante de um sistema falido e pouco democrático, que serve de contenção à soberania popular e de bloqueio a mudanças.

As ruas se levantaram, em 2013, também contra esse sistema, ainda que somando narrativas fragmentadas e contraditórias. Essa insatisfação com seu funcionamento, cinco anos depois, permitiria a ascensão de uma extrema-direita falsamente anti-sistema, cujo discurso conseguiu ganhar amplo lastro eleitoral. Um dos grandes desafios estratégicos da esquerda brasileira é reconstruir uma perspectiva anti-sistema, de radicalização da democracia como ferramenta para a soberania e a justiça social.

Ao meu ver, são duas as razões essenciais para essa tarefa ser tomada a sério. A primeira é que será extremamente difícil ir muito longe e, por consequência, com a rapidez necessária, na modernização e transformação do país, com as atuais instituições do Estado, particularmente o sistema eleitoral e de representação que vem sendo forjado desde a ditadura militar.

A segunda é que o espírito antissistema está disseminado em nossa sociedade: seria erro imperdoável deixar que o neofascismo continue apoderado desse sentimento, para manipulá-lo de forma reacionária.

Para que possamos estar preparados para essas discussões, não é possível simplesmente virar a página dos acontecimentos relacionados a junho de 2013. Precisamos a extrair lições sobre o passado que iluminem o presente e o futuro. •

\* Economista, é presidenta do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) – também chamado de Banco dos Brics







# O CENTENÁRIO DE GERALDÃO

**Veterano militante comunista, operário e deputado federal nos anos 60, Geraldo Rodrigues dos Santos foi perseguido pela ditadura militar e morreu em 2006. Neste artigo, a lembrança da sua luta histórica**

**Lincoln de Abreu Penna**

**N**ascido no dia 1 de julho de 1923 na cidade de São José do Rio Pardo (SP), o futuro membro dirigente do Partido Comunista Brasileiro, à época ainda sob a denominação de Partido Comunista do Brasil (PCB), Geraldo teve uma trajetória militante das mais dignas e combativas, características destacadas de seus membros. Foi um comunista que se orgulhava desta condição e honrou as mais belas tradições das lutas dos que empunharam com orgulho a chama desse ideário.

Seu pai Honorato faleceu quando Geraldo tinha apenas 6 anos de idade, cabendo a sua mãe, Joaquina Maria como lavadeira assumir a criação de seus filhos, sendo o mais velho, José, o responsável pela ida de Geraldo para Santos em busca de melhores condições de trabalho e vida, uma vez que ele, tal como o irmão, não tivera

praticamente infância, pois era preciso ajudar o custeio da família.

Esse breve retrato resume o corpo majoritário dos quadros militantes comunistas, pelo me-

**SEMPRE ATENTO,  
GERALDÃO TEVE  
OPORTUNIDADE  
DE DIZER E  
A CORAGEM  
DE TRAZER O  
PROCESSO REAL  
PARA AS REUNIÕES  
DO PARTIDO**

nos até os anos de 1950, quando o partido passou a incorporar os contingentes sociais vindos das camadas médias urbanas. Afinal, de uma organização de quadros passaria a se projetar como um partido de massas, dada as circunstâncias externas derivadas dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial na qual a URSS se destacaria como a principal vitoriosa no embate contra o nazifascismo. Foi, como dizia Geraldo, um momento de entusiasmo de modo a contagiar os democratas de todas as tendências reunidos no combate ao fascismo.

No ano seguinte à chegada de Geraldo a Santos, em 1945, já se encontrava empregado nas Docas do Porto. Já filiado ao PCB, em pouco tempo passaria a ter atuação nas lides sindicais em defesa dos interesses de sua classe e das tarefas que a ele eram incumbidas, tornando-se por isso admirado pela sua dedicação e solidariedade com os seus companheiros.

A sua origem humilde não o

privou de bons ensinamentos e de estudos que contribuíram para a sua leitura do mundo. Os contatos que fizera durante sua trajetória de lutas o ajudaram muito para formar uma opinião sobre as razões da pobreza e da miséria de grande parte do povo trabalhador.

O poeta João Cabral, que o havia levado para ingressar no partido, cedeu a Geraldo um livro que o ajudou muito a compreender a situação da negritude: “O Filho Nativo”. Assim se chamava o referido livro de Charles Wood que continha denúncias a respeito do racismo.

Por sinal, sua família havia se engajado no movimento denominado Frente Negra. As irmãs de Geraldo atuavam com alguma regularidade. Era, portanto, costume familiar discutir essa questão e associá-la às condições de subalternidade da imensa maioria do povo afrodescendente. Infelizmente, esse movimento não chegou a prosperar a ponto de manter-se ativo ao longo do tempo. Todavia, não deixou de ser uma referência a tantas outras iniciativas nesse sentido.

Contudo, a questão que à época mais exigia pronta intervenção dos comunistas era, sem dúvida, a de fortalecer uma outra frente, a antifascista, que tanto externa como internamente ameaçava a existência das liberdades democráticas.

Assim, nesses primeiros anos de militância, Geraldo teve oportunidade de participar de atos de solidariedade aos povos da Espanha que sofreram com o regime franquista, uma vertente fascista, resultante da Guerra Civil que se estendeu de 1936 a 1939, às vésperas da Segunda Guerra, cujo regime do ditador Francisco Franco aderiu ao Eixo, ou seja, à aliança da Alemanha, Itália e Japão, e apesar da derrota nazifascista manteve-se no poder durante décadas.

Geraldão foi um importante líder operário e esta liderança o levou à disputar a eleição para deputado federal, em 1962, pelo PTB, uma vez que o PCB ainda se encontrava banido desde a cassação em 1947. Naquela eleição, obteve uma das mais expressivas votações, mas foi cassado por ser comunista.

Mesmo assim, tornou-se o primeiro deputado federal negro desde Carlos Marighella e Agostinho de Oliveira, constituintes em 1946. Antes dele, um outro negro

## OSCAR NIEMEYER: “LEMBRO O PERÍODO DA DITADURA, OS COMUNISTAS CERCADOS PELAS FORÇAS DA REAÇÃO E O GERALDÃO RECUSANDO O EXÍLIO”

por ocasião da formação do Bloco Operário e Camponês (BOC), no final dos anos de 1920, foi eleito deputado federal: Minervino de Oliveira.

Os relatos acerca da prática política de Geraldo são unânimes em considerá-la das mais oportunas na vida política do PCB. A começar pela percepção que teve de considerar os trabalhadores como aliados e não adversários nas lutas políticas e sindicais, independentemente da avaliação que se pudesse ter de suas lideranças mais

destacadas. O que importava era justamente a construção de uma unidade de ação, pois tanto comunistas quanto trabalhistas se empenhavam objetivamente pela melhoria das condições da classe operária.

Nesse sentido é que Hércules Corrêa, em seu depoimento ao livro autobiográfico de Geraldo, teve oportunidade de dizer que o veterano militante teve a coragem de trazer o processo real para dentro das reuniões do partido. E esta visão acabou sendo vitoriosa a despeito de algumas resistências a ponto de produzir a Declaração Sindical de 1952 redigida, por sinal, por Carlos Marighella, contando com apoio de Roberto Morena, na época deputado federal e um dos mais notáveis parlamentares do país.

Mas aquela euforia que Geraldo conheceu no imediato pós-guerra não durou muito. A Guerra Fria intensificou a fúria anticomunista e o segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) foi alvo tanto das diretrizes movidas contra os países socialistas tendo à frente a URSS, quanto em relação às forças sociais progressistas, das quais os trabalhadores se encontravam já alinhados à política nacional-desenvolvimentista apoiada, ainda que com algumas restrições, pelos comunistas.

Houve um interregno na vida militante de Geraldo sem, no entanto, deixar de ser uma continuidade da sua militância. É que em 1953 ele e outros tantos camaradas do partido foram enviados a Moscou para realizarem o curso de formação política na escola mantida pelos soviéticos.

Essa experiência foi, sem dúvida, das mais importantes não só por agregar informações e conteúdo a respeito do marxismo-leninismo, indispensável à época para os quadros partidários comunistas do mundo inteiro, como em razão de poder conviver com

intelectuais e profissionais liberais. Além, é claro, de comunistas de outros países, que para lá enviavam os seus membros.

Por falar em intelectuais orgânicos – aqueles que integravam os quadros do partido e forneciam subsídios e permanente colaboração para ajudar à formulação das políticas em diferentes áreas – cabe destacar Oscar Niemeyer, que não titubeou em desenhar a capa do livro de Geraldo, “A trajetória de um comunista”, do qual tive o prazer de organizar e redigir, com os subsídios dos amigos e companheiros Armando Sampaio e Paulo Meirelles. Neste livro, Niemeyer fez questão de dizer o que segue: “Lembro o período negro da ditadura, os comunistas cercados pelas forças da reação e o Geraldão recusando o exílio, corajoso, os que com ele mantinham a linha política do PCB”.

O contato com a intelectualidade incluiu nomes como os de Aparício Torelli, o Barão de Itararé; Edson Carneiro; Graciliano Ramos; Eneida; Arthur Ramos e Vilanova Artigas. Todos direta ou indiretamente aprenderam com Geraldo tanto quanto trocaram ensinamentos que os engrandeceram. Por sinal, o educador Paulo Freire já dizia que ninguém ensina ninguém sem que também assimile ensinamentos nessa troca de saberes, seja erudito ou popular.

Salomão Malina lembrou que Geraldo reunia, além de bom senso, o equilíbrio e a seriedade, que o ajudariam a trilhar o caminho desvelado por sua sensibilidade em matéria do que fazer diante das sempre presentes dificuldades de um partido clandestino, ou pelo menos vocacionado para estar sempre às voltas com a repressão. Esta preocupação acompanhou-o ao longo de sua militância a ponto de se preparar para uma eventual queda em face do cerco que sempre se fez em relação aos comunistas, principal-

mente aos seus mais destacados dirigentes. Geraldo chegou a portar consigo uma pílula de cianureto caso fosse detido.

Em vários momentos exibiu o seu tirocínio. Em um deles, não vacilou um segundo sequer em participar da candidatura unitária à prefeitura do Rio de Janeiro na dobradinha PSB-PCB, que teve em Marcelo Cerqueira e João Saldanha os nomes consagrados numa especial convenção entre os dois partidos. O entusiasmo dos que se empenharam pela articulação

## GERALDÃO TEVE ENTRE AMIGOS APARÍCIO TORELLI, O BARÃO DE ITARARÉ; EDSON CARNEIRO; GRACILIANO RAMOS; ENEIDA; ARTHUR RAMOS E VILANOVA ARTIGAS

dessa chapa contagiou um eleitorado mais jovem e transformou a campanha numa grande festa da democracia.

Apesar das agruras de uma vida sob constante tensão em face da repressão que se abateu sobre todas as forças políticas de oposição mais conseqüente, dentre elas se encontravam os comunistas, Geraldo ao ser conhecido pelo aumentativo, que o tornaria mais conhecido, jamais esmoreceu.

Aliás, manteve intacta a sua jovialidade, o seu humor e a capa-

cidade de conviver com a adversidade sem recorrer a qualquer expediente, somente à luta por um mundo que sempre acreditou ser possível. Neste sentido, o depoimento da filha de Sampaio, que cedia sua casa para as reuniões da Executiva do Comitê Central do Partido, é bem significativo nesse sentido.

Ressalte-se que a imagem ficou marcada para sempre na memória da então adolescente: “Três pessoas ali sobressaíam naquele grupo de pessoas mais velhas: o Geraldão, o Jaime Miranda e o Marighella. Eram brincalhões, sempre arranjavam um jeito para não ficar naquela coisa de clandestinidade, de não falar com ninguém” O depoimento de Ângela Sampaio está no livro de Geraldão.

Pai de Vanderlei e Vanderli, Geraldão deixou nos filhos as melhores lembranças de suas vidas. Afetuoso e sempre presente, apesar das atribuladas tarefas partidárias, jamais descuidou-se de ambos. Diante da impossibilidade real de manter Vanderlei sob seus cuidados, não titubeou em mandá-lo para a URSS e em seguida para França para estudar e tornar-se um profissional respeitado. Ele mora lá até hoje e tem presente a memória de quem foi fundamental em sua formação. O mesmo para Vanderli, tão querido quanto devotado para dar-lhe todo o suporte possível.

Pena que Geraldão não esteja hoje em dia para nos ajudar a trilhar um caminho menos tortuoso para que cheguemos ao porto seguro que tanto buscou em vida. Mas sua presença nos estimula a dar continuidade à resistência democrática e a luta para que dias melhores possam vir e nos levar à verdadeira libertação. •

Doutor em História pela USP,  
é professor aposentado da  
Universidade Federal do Rio de Janeiro





## 27 de junho de 1952 ITAMARATY É ALVO DE CAÇA ÀS BRUXAS

O diplomata e poeta João Cabral de Melo Neto é acusado de práticas comunistas e obrigado a deixar o cargo de segundo secretário da embaixada do Brasil em Londres e voltar às pressas ao Rio de Janeiro, onde responderá a processo administrativo e criminal.

A delação partiu de outro diplomata, Mário Mussolini Calábria. Mário havia lido uma carta de João Cabral a Paulo Cotrim, também diplomata, lotado em Hamburgo (Alemanha). Na carta, João Cabral pedia a Cotrim um artigo sobre a economia brasileira para ser publicado numa revista ligada ao Partido Trabalhista inglês – e recomendava uso de pseudônimo.

Calábria não titubeou: denunciou os dois como comunistas ao ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, que, convencido do ridículo da história, engavetou a denúncia.

O delator, porém, não desistiu. Despachou a denúncia para Carlos Lacerda, principal figura da oposição – seu jornal, “Tribuna da Imprensa”, de forma cada vez mais exaltada, vinha fustigando o governo com denúncias que, verdadeiras ou não, provocavam escândalos e comprometiam a administração de Vargas, desestabilizando o governo.

Lacerda acolheu as denúncias – para publicar à sua moda. No dia 27 de junho de 1952, a “Tribuna da Imprensa” chegou às bancas com uma manchete escandalosa: “Traidores no Itamaraty”. O jornal denunciava a existência de uma célula comunista atuando no Itamaraty – à qual batizou de “a célula Bolívar” –, acusava João Cabral de ser seu principal dirigente e alertava às autoridades que o propósito da célula era pôr em funcionamento “uma peça da engrenagem internacional que trabalha para a Rússia e pretende colocar os segredos militares brasileiros nas mãos de Moscou”.

Durante uma semana, o jornal insistiu na história da infiltração comunista no Itamaraty, até que, em 18 de agosto, “O Globo” repercutiu. Coincidência ou não, ambos os jornais detestavam a poesia de João Cabral e aproveitaram para chamá-lo de “poeta hermético”.

Dessa vez deu certo. O Itamaraty abriu processo administrativo à revelia dos acusados, que só tomaram conhecimento do inquérito quando o governo publicou o ato de punição no “Diário Oficial”, colocando João Cabral em disponibilidade, por tempo indeterminado, sem vencimentos.

## 26 de junho de 1969 CHEGA O ‘PASQUIM’ PARA FAZER RIR E PENSAR

É lançado “O Pasquim”, que se tornaria um dos mais duradouros e populares jornais alternativos do país, chegando a vender 200 mil exemplares por semana. Idealizado pelo cartunista Jaguar para ser um jornal do bairro carioca de Ipanema, mais voltado para o humor comportamental, o semanário foi abordando cada vez mais os temas políticos – mas sem perder jamais a característica de jornal de sátira e humor.

A publicação resistiu valentemente ao cerco da censura, e seus jornalistas enfrentaram perseguições e prisões. Fizeram parte de sua redação, entre outros, Millôr Fernandes, Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil, Ivan Lessa, Sérgio Cabral, Claudius, Fortuna e Luís Carlos Maciel. “O Pasquim” também contou com colaborações de Paulo Francis, Chico Buarque, Caetano Veloso, Chico Anísio e Antonio Callado.

Todas as edições do jornal estão disponíveis [no site da Biblioteca Nacional](#) e disponíveis, com acesso livre.



28 de junho de 1969

## REVOLTA DE STONEWALL E A LUTA POR RESPEITO

De um confronto entre policiais e manifestantes nos Estados Unidos, em 28 de junho de 1969, surgiu a data em que se comemora o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. O protesto acontecia em defesa do clube gay Stonewall Inn, aberto em 1967, no coração do boêmio bairro de Greenwich Village, em Nova York.

A Rebelião de Stonewall foi uma série de manifestações violentas e espontâneas de membros da comunidade LGBT contra uma invasão da polícia de Nova York que aconteceu nas primeiras horas da manhã de 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, localizado no bairro de Greenwich Village, em Manhattan, em Nova York, nos Estados Unidos. Esses motins foram amplamente considerados como o evento mais importante que levou ao movimento moderno de libertação gay e à luta pelos direitos LGBT.

Os homossexuais enfrentavam um sistema jurídico anti-homossexual. Os primeiros grupos de homossexuais do país tentavam provar que os gays poderiam ser assimilados pela sociedade e apoiavam um sistema educacional não confrontacional para homossexuais e heterossexuais.

Os últimos anos da década de 1960, no entanto, foram muito controversos, visto que muitos movimentos sociais estavam ativos ao mesmo tempo, como o movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, a contracultura dos anos 1960 e as manifestações contra a guerra do Vietnã.



26 de junho de 1968

## PASSEATA DOS CEM MIL AFRONTA A DITADURA

Na manhã de 26 de junho, estudantes, artistas, religiosos e intelectuais se concentram nas ruas do centro do Rio de Janeiro. Às 14h, iniciam uma passeata com cerca de 50 mil pessoas. Uma hora depois esse número já havia dobrado e os manifestantes ocupam toda a avenida Rio Branco. O ato, que ficaria conhecido como a Passeata dos Cem Mil, foi a maior manifestação de protesto desde o golpe de 1964.

Dias antes, a manifestação fora marcada e imediatamente proibida pela ditadura, que avisou que reprimiria duramente qualquer tentativa dos estudantes de saírem às ruas. Mas os jovens não se intimidaram e confirmaram a passeata. Diante da iminência de um banho de sangue, o regime militar foi obrigado a recuar.

Os manifestantes caminharam pelas ruas do centro do Rio, gritando slogans como "Abaixo a ditadura", "O povo organizado derruba a ditadura", "Só povo

armado derruba a ditadura", "Liberem nossos presos" e "Abaixo o MEC-Usaid". Diante das lojas fechadas, os estudantes pediam: "Abram suas portas; quem quebra é a polícia".

Durante a marcha, foi eleita uma comissão de representantes da sociedade civil, que seria recebida pelo general Costa e Silva dias depois. No encontro, o grupo pediu a libertação de estudantes presos, mais verbas para as universidades e mais vagas, o fim da censura e a reabertura do restaurante Calabouço. Nenhuma das reivindicações foi aceita. Por isso, na semana seguinte 60 mil estudantes voltariam a realizar uma passeata no centro do Rio, mas o auge do movimento já havia passado.

A Passeata dos Cem Mil marcou o ápice da reação da sociedade contra o regime, a censura, a violência e a repressão às liberdades. Mais uma vez, a ditadura iria reagir endurecendo o regime, como se veria no final de 1968.



27 de junho de 1979

## PROJETO DE ANISTIA BLINDA TORTURADOR

O general João Baptista Figueiredo encaminha ao Congresso Nacional projeto de lei de anistia parcial, que abrange os cassados por atos de exceção e exclui os condenados por “terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal” que ainda tenham pena a cumprir. Por outro lado, o projeto da ditadura concede indulto prévio, geral e irrestrito aos agentes da repressão que torturaram, sequestraram e assassinaram.

O MDB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Anistia Internacional criticaram a proposta, chamando-a de “limitada”, “restritiva”, “decepcionante” e “mesquinha”. Mesmo enfrentando resistências de setores políticos e das Forças Armadas, Figueiredo tentou capturar a bandeira da anistia, que naquele momento era a reivindicação democrática mais importante no país.

Os governadores, as bancadas da Arena e o Judiciário foram convocados para a assinatura no Palácio do Planalto. Em seu discurso, o general reivindicou o projeto como um gesto generoso no processo de “abertura” política. Os objetivos políticos eram: 1) surpreender a opinião pública com uma ação positiva; 2) Esvaziar uma mobilização que estava expondo, no país e no exterior, os porões da repressão, as torturas, assassinatos e “desaparecimentos”; 3) Permitir o retorno de líderes exilados como Leonel Brizola, Miguel Arraes, Francisco Julião e Luís Carlos Prestes.

Também era fundamental controlar os desdobramentos da anistia, que certamente viriam para responsabilizar e punir agentes da repressão.

Reprodução



30 de junho de 1980

## INÉDITO: PAPA VISITA O BRASIL PELA PRIMEIRA VEZ

O papa João Paulo 2º chega ao Brasil para uma visita de 12 dias, a primeira de um sumo pontífice ao país. Suas aparições em 14 cidades reuniram multidões, num total de 13 milhões de pessoas. A visita deu visibilidade mundial aos problemas sociais do país, como o desemprego e a miséria. O papa esteve nas favelas do Vidigal, no Rio, e de Alagados, em Salvador, viu a seca no Nordeste e encontrou trabalhadores no estádio do Morumbi, em São Paulo. Mesmo tendo enquadrado a chamada “igreja progressista” e criticado o que considerava “ação política” das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a visita de João Paulo 2º foi incômoda para a ditadura.

Em suas falas, o papa defendeu a reforma agrária e a liberdade sindical. No encontro com os trabalhadores, afirmou que “o bem comum da sociedade requer, como exigência fundamental, que a sociedade seja justa”. E acrescentou: “Repelir a luta de classes é também optar resolutamente por

uma nobre luta a favor da justiça social”. No Morumbi, João Paulo 2º recebeu uma carta do líder da oposição metalúrgica, Waldemar Rossi, denunciando o assassinato de Santo Dias (1979) e outros trabalhadores pela repressão brasileira. No Recife, defendeu a reforma agrária: “Os bens da terra são de todos”. Em Teresina, repetiu o que dizia uma faixa da multidão: “Pai Nosso, o povo tem fome”.

O polonês Karol Wojtila havia sido escolhido papa em 1978 e logo se tornou um importante ator político global. João Paulo 2º projetou e apoiou o movimento Solidariedade, chefiado pelo operário católico Lech Walesa, o que contribuiria para a queda dos regimes comunistas no final da década de 1980. Ao longo de seu pontificado, que durou 26 anos, João Paulo 2º combateu a Teologia da Libertação e tentou enquadrar seus maiores expoentes, como os bispos brasileiros dom Paulo Evaristo Arns e dom Luciano Mendes de Almeida.

27 de junho de 2007

## CONFLITO NO ALEMÃO VIRA UM MASSACRE

Confronto entre forças policiais e o crime organizado no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, se converte em massacre, em 27 de junho de 2007, deixando um saldo de 19 mortos. Após o assassinato de dois policiais em Osvaldo Cruz, na Zona Norte do Rio, as forças de segurança investiram contra o crime organizado.

Em 2 de maio, teve início a ocupação militar no Complexo do Alemão. Desde então, vítimas eram contabilizadas quase todos os dias. Em 27 de junho, 1.200 po-

liciais civis e militares e 150 agentes da Força Nacional haviam sido mobilizados para enfrentar resistência ao cumprimento da missão.

Em outubro, relatório de peritos forenses designados pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência comprovaria havia, no total, 70 projéteis nos corpos, 54 deles em pontos letais: costas, pescoço e cabeça. Os baleados na cabeça eram seis, e ao menos dois apresentavam “evidências de morte por execução sumária e arbitrária”, segundo o laudo pericial.

27 de junho de 2007

## CRESCER O APOIO AO PEQUENO PRODUTOR

O governo Lula anuncia financiamento recorde para a agricultura familiar, por meio do Plano Safra de 2007/2008. Serão R\$ 12 bilhões aplicados nas diversas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), maior valor já destinado na história do programa, 20% superior ao do ano anterior.

Desde 2002, o volume de recursos crescera cerca de 420% – de R\$ 2,2 bilhões, em 2002/2003, para R\$ 12 bilhões, em 2007/2008. Em 2007, 2,2 milhões de famílias teriam acessado o crédito rural.

Outras inovações foram a redução da taxa de juro, a ampliação dos limites de renda e financiamento e a diversificação do público-alvo. Os recordes de financiamento seriam anunciados anualmente, chegando a R\$ 24,1 bilhões em 2014/2015.

O Plano Safra da Agricultura familiar atingiria 5.454 municípios e ampliaria o tipo de atividade financiada, passando a incluir atividades cooperativistas, agroflorestais e agroindustriais.

Em 2008, como resposta à crise econômica mundial, o governo lançaria uma linha de crédito específica para financiar a infraestrutura e o aumento da produtividade da agricultura familiar.

De 2003 a 2011, a renda dos agricultores familiares cresceria 52%, e 3,7 milhões deles ingressariam na classe média rural. Em 2014, 74% da mão de obra no campo seria empregada pelo setor, e 70% dos alimentos consumidos no Brasil seriam produzidos pela agricultura familiar.



28 de junho de 1997

## PRIMEIRA PARADA DO ORGULHO EM SÃO PAULO

Inspirada nas “gay pride parades” realizadas desde 1969 nos Estados Unidos, a primeira Parada do Orgulho Gay reúne em São Paulo cerca de 2 mil pessoas que protestam contra a discriminação e a violência sofridas por gays, lésbicas e travestis. O tema central da manifestação – “Somos muitos, estamos em várias profissões” – procura dar visibilidade ao público GLT (gays, lésbicas e travestis) e sensibilizar a sociedade para o convívio respeitoso com as diferenças, pressionando o Estado a garantir os

direitos da comunidade homossexual.

Organizações como o Grupo Gay da Bahia e o Grupo Atobá apontavam um número crescente de crimes contra a comunidade GLT. Na década de 1990, foram registrados 1.256 casos de assassinatos por homofobia.

Em 1999, já com o nome de Parada do Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros), o evento entrou no calendário oficial da cidade de São Paulo, tornando-se o maior do mundo no gênero.



CULTURA



# ARSENAL PARA O PÓS-BOZO

Lançado pela Fundação Perseu Abramo em parceria com Autonomia Literária, o livro “Economia Para a Transformação Social”, de Juliana Furno e Pedro Rossi, traz excepcional abordagem para entender o cenário e o que está em jogo

## Bia Abramo

**C**aso “Economia Para a Transformação Social” fosse apenas um manual para entender o noticiário econômico já seria de enorme utilidade. O economês tal como é “traduzido” pela grande imprensa acaba virando um cipoal de siglas, de expressões incompreensíveis e, claro, de interpretações suspeitas sobre o que rege a economia de um país como o Brasil.

Acontece que o livro de Juliane Furno e Pedro Rossi vai além de explicar em linguagem didática os fundamentos e as engrenagens da economia. Como se apresenta, em seu subtítulo como “Um manual para mudar o mundo”, o volume também se arrisca a confrontar a visão baseada na defesa do neoliberalismo e do triunfo do capitalismo e oferecer uma leitura da economia ampliada pela compreensão de suas relações políticas e sociais.

O livro, que nasceu de um dos cursos de formação da Fundação Perseu Abramo, organiza-se de forma modular em quatro partes. Na primeira, são exploradas questões teóricas e marcos conceituais, com ênfase nos temas que dizem respeito à economia brasileira, como desenvolvimento e dependência. A partir da segunda parte, entram em campo tópicos da história econômica mundial e brasileira. E é na quar-

ta parte, “Mitos Econômicos e o Debate Brasileiro” que as imbricações entre política e economia são examinadas.

O jeito de “manual” ou de material de apoio para um curso se mantém seja pela presença das ilustrações que permeiam a leitura, seja pela lista de leituras complementares ao final de cada capítulo, mas os debates propostos por seu autores exigem uma boa dose de mergulho nos temas propostos, sobretudo nos capítulos do final do livro nos quais são desconstruídas as ideias fixas que tentam minar leituras mais emancipatórias sobre o que produz a riqueza e a pobreza no Brasil.

Aqui, o leitor vai encontrar visões críticas e consistentes sobre a retórica da austeridade fiscal, as falácias sobre excesso de gastos nos governos de Lula e Dilma, o eterno fantasma da inflação e a ideologia meritocrática. Ou seja, uma série de ferramentas para entrar nos debates que cercaram o modo petista de governar nos anos 2000 e que, novamente, se apresentam desde a campanha de 2022 e nesses seis meses de mandato de Lula.

É importante destacar que todo o esforço didático, incluindo as excelentes ilustrações do coletivo A Gazetinha da Guanabara, não despreza a inteligência do leitor. Antes, é exatamente o que permite que “Economia para Transformação Social” consiga atingir um público diverso e am-

plado, mesmo tratando conceitos e correntes teóricas com rigor.

O ferramental sugerido pelos economistas Juliane Furno e Pedro Rossi para a compreensão de temas espinhosos, como as crises cíclicas do capitalismo; e urgentes, como o impacto da pandemia na economia global, tanto servem como um primeiro passo para quem se sente perdido pelo excesso de jargão dos textos de análise econômica, como um estímulo para quem quiser continuar a estudar o assunto.

Este segundo volume da Coleção Argumento, editada numa parceria entre a Fundação Perseu Abramo e a Autonomia Literária, recebeu edição caprichada e muito valorizada pelas excelentes ilustrações de A Gazetinha da Guanabara, coletivo de designers especializados em transformar em linguagem visual conceitos e processos da área da economia e da política. •







# UMA DUPLA DO BARULHO

O disco póstumo de Elza Soares traz justa reverência ao melhor da MPB, assim como o álbum de Marcelo D2. O rapper faz um mergulho radical no samba de raiz e mostra que a música popular ainda tem muito a surpreender o mundo

**Bia Abramo**

**U**m disco póstumo e um (mais uma) guinada de carreira não deixam dúvida de que a música popular brasileira tem ainda muito o que dizer ao Brasil – e ao mundo. Se em “No tempo da intolerância”, Elza Soares mostra, mais uma vez, a potência de sua voz quase nonagenária e de sua versatilidade nos ritmos negros, em “Iboru”, encontramos um Marcelo D2 no mergulho particular e emocionante no samba. E, em ambos, a marca das colaborações e parcerias, característica que se tornou o arroz com feijão da produção musical na era do

streaming, acrescenta camadas de interesse ainda maiores.

As gravações de “No tempo da intolerância” estavam a pleno vapor quando Elza Soares morreu em 20 de janeiro de 2022, aos 91 anos. Depois de ficar parado por mais de um ano, o álbum foi retomado pelo produtor Rafael Ramos, que também produziu “Planeta Fome” (2019), e “Ao Vivo no Municipal” (2022).

O tempo a que se refere o título do disco fica imediatamente claro que foram os anos em que o Brasil esteve à beira do fascismo, depois das eleições de Jair Bolsonaro em 2018. Ainda que reconstruído sob o impacto do luto pela morte de Elza aos 91 anos, o disco não deixa cair ne-

nhum das bandeiras da cantora, sobretudo a do feminismo negro e da liberdade da criação.

No álbum, a cantora admite sentir medo, coloca o próprio otimismo em dúvida, diz que vivemos um período de luta e faz um clamor por justiça, em especial para mulheres e para a negritude. A fala foi retirada de um vídeo, uma gravação inédita deixada por Elza, e retrabalhada por cima de uma trilha de teclado e guitarra. Foi um dos poucos elementos do disco que a cantora não teve a oportunidade de ouvir – como os arranjos de sopro, por exemplo –, já que ela morreu antes de o álbum ser finalizado.

O disco ainda traz surpresas. O primeiro grande encontro

musical de “No tempo da intolerância está em “Rainha africana”, cuja letra foi escrita por Rita Lee e musicada por Roberto Carvalho. Pitty assina “Feminelza”, composta especialmente para a cantora. Duas compositoras jovens, a baiana Josyara e a carioca Isabela Moraes assinam outras faixas que atestam a inquietude de Elza, cuja idade, em vez de afastar, a aproximou ainda mais das novas gerações de músicos. Até como exigência de sonoridade, de acordo com entrevista concedida pelo produtor à Folha de S.Paulo, que teria ouvido dela a seguinte instrução: “Quero jovens, cariocas, e o mais preto possível – mas quero a molecada. Não adianta trazer esses nomes [mais tarimbados], falando que tem que ser de tal jeito. Tem que ser do nosso jeito”.

A ordem de Elza resulta, de fato, numa cama instrumental moderna, com toques de soul carioca, afrobeat e, sim, do novo samba brasileiro, que fazem o cenário para que o protagonismo das compositoras mulheres que ali lhe prestam homenagem ou para as composições da própria Elza, como “Coragem”, “No tempo da intolerância” e “Quem disse?”. O legado de Elza, artista que teve de se reinventar muitas vezes, ganha uma linda homenagem nesse disco que mantém viva a voz forte da sobrevivente dos planetas fome, injustiça e violência.

Se o disco de Elza tem alguma irregularidade natural pelo fato de ser finalizado sem a presença da artista, “Iboru”, de Marcelo D2, é um daqueles trabalhos que surpreende pela coesão. Ainda que desde que saiu em carreira solo ainda no final dos anos 1990, D2 tenha se aproximado cada vez mais do samba, inclusive gravando um álbum só de versões de Bezerra da Silva em 2010, “Iboru” é uma imersão vertical e radical



no samba, sobretudo o de extração carioca.

Iniciado no culto de Ifá, Marcelo D2 não apenas batizou o álbum com o termo iorubá que significa “que sejam ouvidas nossas súplicas”, como deixa explícita na sequência das faixas e nas participações especiais o sentido ritual que a música, sobretudo a percussiva dos tambores, tem nas festas e cerimônias das religiões de matriz africana.

Não à toa, uma das faixas mais impactantes é “Kalundu”, parceria de D2 com Kiko Dinucci, na qual participa o baiano Matheus Aleluia que, com os Tincões, foi pioneiro no registro de afoxés e “músicas de santo”. Outra colaboração essencial em “Iboru” é com o historiador Luis Antônio Simas, “Povo de fé” e “Pra curar a dor do mundo”.

Outras participações-homenagens que desfilam ao longo das 16 faixas trazem Zeca Pagodinho, Xande de Pilares, Alcione,

Mumuzinho, B Negão e a banda Metá Metá. D2 caminha com desenvoltura entre tantas referências, mas não deixa de gravar versões, como a linda “Duras Penas”, de Douglas Lemos e Moacyr Luz. Em “Bundalelê (Carlos Sena, Otacílio da Mangueira, Xande de Pilares, Zeca Pagodinho), ouvimos a reverência e a pândega das rodas de pagode carioca.

Se o respeito e à reverência à ancestralidade histórica e musical guiam o mergulho de D2 nos sambas variados, o passado no rap e nas pesquisas musicais que marcaram sua carreira solo compõem tanto nas levadas vocais do cantor como na meticulosa e criativa produção do álbum. As batidas “perfeitas” que conduzem o disco, a escolha cuidadosa de samples e colagens sonoras e, sim, graves para rapper nenhum botar defeito fazem de “Iboru” um disco com a lastro no passado, vibração do presente e que aponta para o futuro. •



# VERA GERTEL, PRESENTE!

Morre aos 83 anos a atriz, jornalista e autora do livro “Um gosto amargo de bala”, em que retrata a própria vida e faz um retrato agudo de uma geração que ousou lutar para mudar a história do país

**M**orreu na segunda-feira, 19, no Rio de Janeiro, a atriz, jornalista e escritora Vera Gertel, uma das grandes personalidades da vida artística brasileira a partir dos anos 50, tendo atuado na primeira montagem da obra-prima “Eles não usam black-tie”, clássico da dramaturgia nacional escrito ainda nos anos 50 pelo ator Gianfrancesco Guarnieri. Ela faleceu aos 83 anos de idade. Deixa o marido, Janio de Freitas, e o filho, Vinícius Vianna.

Vera já estava internada desde que se sentiu mal ao retornar de uma viagem à Europa. Ela dirigiu por muitos anos a revista ‘Desfila’ e defendia que a publicação feminina poderia ser feita sem os clichês das produções voltadas para mulheres. Há dez anos, lançou a autobiografia “Um gosto amargo de bala”, recordando a militância e fazendo um retrato de sua geração.

Filha de um judeu comunista, Noé, ela chegou a ser presa durante a ditadura. Integrou o Teatro de Arena nos anos 50 e participou de filmes e novelas como “O acusador”, exibida na extinta TV Tupi, em 1964. Ela foi casada com o dramaturgo Oduvaldo Viana Filho e com o compositor Carlos Lyra.

Filha do jornalista Noé Gertel e da tecelã Raquel Gertel, veio ao mundo em São Paulo, mas foi registrada no Rio. A mãe escolheu para o bebê o nome de Anéli, homenagem à frente de esquerda ANL, banida em 1935.



Temendo pelo futuro da filha, o pai a registrou no cartório como Vera. Logo ele foi preso por “subversão” e, anos depois, a filha o visitou no presídio de Ilha Grande. Em 1940, Raquel também perdeu a liberdade, depois de dar vivas em público a Luís Carlos Prestes (1898-1990).

Com a democracia e o tempo, tornou-se militante do Partido Comunista. No fim da década de 1950, formou com dois atores e camaradas, Oduvaldo Vianna Filho e Gianfrancesco Guarnieri (1934-2006), o Teatro Paulista do Estudante, que em seguida se juntou ao Teatro de Arena. Em seu casamento com Vianinha, o padrinho foi o jornalista Joaquim Câmara Ferreira (1913-1970), que com o nome de guerra “To-

ledo” ganharia fama como um dos principais líderes da guerrilha contra a ditadura pós-1964. O do noivo foi Guarnieri.

Entre 1957 e 1968, teve forte presença artística, atuando em peças e filmes. Em 1960, atuou na peça “Revolução na América do Sul” e na TV Excelsior estrelando “Chapetuba Futebol Clube”, e, claro, uma nova montagem de “Eles Não Usam Black-Tie (Televisão)” e “Fogo Frio”. Em 1964, atuou na peça “Os Azere-do Mais Os Benevides” e, em seguida, “Eram Todos Meus Filhos” (1965) e “Arena Conta: Zumbi”, ao lado de Isabel Ribeiro, Dina Sfat, Paulo José, Milton Gonçalves e Francisco Milani, (1965), além da peça teatral “O Jardim das Cerejeiras” (1968). •



Organização

Jacques Mick

João Carlos Nogueira

# VIVER POR CONTA PRÓPRIA

Como enfrentar  
desigualdades  
raciais, de classe e  
gênero e apoiar a  
economia popular  
nas periferias  
brasileiras

RECONEXÃO  
PERIFÉRIAS

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



# **VIOLÊNCIA NO BRASIL**

## **desafio das periferias**

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

**Felipe da Silva Freitas**

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO  
PERFERIAS



FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores